



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS**



KEILA MARIA SILVA TEIXEIRA OLIVEIRA

**A INCIDÊNCIA DA AMBIGUIDADE NA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DE
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE SEMÂNTICA**

Porto Velho-RO

2016

KEILA MARIA SILVA TEIXEIRA OLIVEIRA

**A INCIDÊNCIA DA AMBIGUIDADE NA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DE
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE SEMÂNTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito para obtenção do título de Mestra em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Socorro Dias Loura Jorrin.

Linha de Pesquisa: Estudos Descritivos e Aplicados de Línguas e Linguagens.

Porto Velho-RO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

O48i

Oliveira, Keila Maria Silva Teixeira

A incidência da ambiguidade na produção textual escrita de alunos do Ensino Médio: uma análise semântica/ Keila Maria Silva Teixeira Oliveira.- Porto Velho, Rondônia, 2016.
92 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria do Socorro Dias Loura Jorrin.

1. Linguística. 2. Linguagem. 3. Semântica. I. Jorrin, Maria do Socorro Dias Loura. II. Título.

CDU: 81'37

KEILA MARIA SILVA TEIXEIRA OLIVEIRA

**Título: A INCIDÊNCIA DA AMBIGUIDADE NA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DE
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE SEMÂNTICA**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação do
Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, no dia
29 de junho de 2016 para obtenção do Título de Mestra em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro Dias Loura Jorrin – PPGML/UNIR

(Orientadora)

Presidente da Banca

Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso- PPGML/UNIR

Membro Interno

Universidade Federal de Rondônia

Profa. Dra. Ana Maria Gouveia Cavalcanti Aguiar

Membro Externo

Universidade Federal de Rondônia

Profa. Ma. Helena Zoraide Pelacani Almada

Membro Externo

União das Escolas Superiores de Rondônia/UNIRON

Profa. Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Membro Suplente

Universidade Federal de Rondônia

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Rouberval e às minhas
filhas Lívia Maria e Letícia Maria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado forças e capacitação para a realização de um grande sonho. Ao meu esposo Rouberval, por todo o incentivo, apoio e companheirismo. Por ser meu grande amigo e parceiro nas horas difíceis durante esse percurso.

As minhas filhas Lívia Maria e Letícia Maria, por compreenderem minha ausência e ofertarem amor.

A minha mãe Dóris Mary, por me amar incondicionalmente, por acreditar e torcer sempre por mim.

Aos meus irmãos, Flora Carolina e João Máximo, por serem acima de tudo, meus amigos, companheiros e confidentes nos momentos de angústia.

A minha tia Sheilla D'arc, por me amar como filha, por patrocinar meus estudos ao longo dos anos e contribuir para a formação do meu caráter.

A minha orientadora professora Dra. Maria do Socorro Dias Loura Jorrin, por acreditar no meu potencial e conduzir-me no árduo caminho da escrita.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Letras, por oportunizarem aprendizado e reflexões através das disciplinas ministradas.

Aos professores, Ma. Helena Zoraide, Dra. Ana Maria Aguilar e Dr. Élcio Fragoso, pela correção do meu trabalho e sugestões no exame de qualificação.

Aos colegas do Mestrado Acadêmico em Letras turma 2013, pelo incentivo ao longo dessa jornada.

À amiga Maria Antônia, pelo cuidado, carinho e apoio.

À amiga Daniele Samora, pelas caronas, conversas e incentivo.

À amiga Adileide Martins, pela troca de experiências e apoio durante o percurso de produção escrita.

À amiga Ana Cláudia, pelo incentivo ao aperfeiçoamento e motivação nos momentos de desânimo.

Ao amigo Fábio Xisto, que gentilmente traduziu o meu resumo.

À direção da EEEM Professor João Bento da Costa, através do diretor Francisco Lopes e vice-diretora Lady Ribeiro pelo total apoio durante o Mestrado.

Ao professor Luiz Carlos, professoras Selma Lemos e Soniamar Salin, por contribuírem significativamente para minha pesquisa, autorizando as produções textuais escritas de seus alunos ao longo do ano letivo de 2015, bem como informações sobre a metodologia utilizada.

Os sinônimos são úteis para o poeta,
enquanto que as palavras de significado
ambíguo são úteis sobretudo para permitir
ao sofista desorientar seus ouvintes.

Aristóteles

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo identificar, descrever e analisar o fenômeno semântico da ambiguidade polissêmica e estrutural, quando não se objetiva o recurso estilístico, em produções de textos escritos. A intenção é responder se a ambiguidade como fenômeno semântico que compromete o sentido do texto é recorrente em produções escritas dos alunos do Ensino Médio e em que medida ela afeta o sentido das palavras, das sentenças, do texto e do contexto. O *corpus* é constituído de textos de alunos do Ensino Médio de uma escola pública de Porto Velho, os quais foram produzidos durante o ano letivo de 2015 com uma turma de primeira, de segunda e de terceira séries, como parte do processo avaliativo. Nossa análise é composta por doze textos, quatro de cada série e um de cada bimestre com temáticas diferenciadas. A análise possibilitou verificar que a ambiguidade está presente nos textos de alunos das três séries, e que esse fenômeno semântico, importante como recurso estilístico, mas inadequado quando compromete o uso dos elementos da textualidade, como a coerência, a coesão, a progressão, dentre outros, não recebe a atenção necessária no processo de ensino- aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Semântica. Ambiguidade. Texto. Textualidade. Sentido.

ABSTRACT

This paper aims to identify, describe and analyze the phenomenon of semantic and structural polysemic ambiguity when not objective stylistic feature, in written texts production. The intention is to respond to ambiguity as semantic phenomenon that affects the meaning of the text recurs in written productions of high school students and to what extent it affects the meaning of words, sentences, text and context. The *corpus* is built up of high school student's text of a public school in Porto Velho, which were produced during the school year 2015 with a group of year one, two and three grades, as part of the evaluation process. Our analysis is composed of twelve texts, four from each grades and one of every two months with different composition themes. The analysis enabled us to verify that the ambiguity resides in the three students texts and as also in all three high school grades, and that this semantic phenomenon, important as a stylistic feature, but inappropriate when it involves the use of textuality elements such as coherence, cohesion, progression, among others do not receive due attention in teaching and learning process in Portuguese Language classes.

Keywords: Semantics. Ambiguity. Text. Textuality. Sense.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura familiar.....	17
Figura 2: Habilitação dos docentes na escola.....	18
Figura 3: Abordagens para o estudo da Semântica.....	25
Figura 4: Concepções de ambientes.....	34
Figura 5: Produção textual da 1ª série.....	48
Figura 6: Produção textual da 2ª série.....	52
Figura 7: Produção textual da 3ª série.....	55

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	13
1 CONTEXTO ESCOLAR E ASPECTOS METODOLÓGICOS	16
1.1 Breve histórico e perfil socioeconômico da comunidade escolar	16
1.2 Corpo docente	17
1.3 Avaliação e recuperação da aprendizagem	18
1.4 Aspectos metodológicos da pesquisa	19
2 AMBIGUIDADE NA PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS	22
2.1 Semântica: o estudo do significado	22
2.2 Abordagens para o estudo da Semântica	23
2.3 A Semântica Argumentativa, a Lexical e a Formal	25
2.4 Fenômenos Semânticos: ambiguidade e vagueza	29
2.4.1 Ambiguidade	29
2.4.2 Vagueza	34
2.5 A ambiguidade e as falácias de equívoco	37
2.6 Semântica e produção de texto	39
2.7 Os elementos da Textualidade	42
2.8 Avaliando a Textualidade	44
3 ANÁLISE DOS DADOS	47
3.1 A primeira série do Ensino Médio	47
3.2 A segunda série do Ensino Médio	51
3.3 A terceira série do Ensino Médio	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	63
ANEXO A - 1ª Série/ 1º Bimestre - Produção textual	64
ANEXO B - 1ª Série/2º Bimestre - Produção textual	65
ANEXO C - 1ª Série/3º Bimestre - Produção textual	66
ANEXO D - 1ª Série/4º Bimestre - Produção textual	67
ANEXO E - 2ª Série/1º Bimestre - Texto motivador	68
ANEXO F - 2ª Série/1º Bimestre - Produção textual	71
ANEXO G - 2ª Série/2º Bimestre - Texto motivador	72
ANEXO H - 2ª Série/2º Bimestre - Produção textual	73
ANEXO I - 2ª Série/3º Bimestre - Texto motivador	74
ANEXO J - 2ª Série/3º Bimestre - Produção textual	76
ANEXO K - 2ª Série/4º Bimestre - Texto motivador	77
ANEXO L - 2ª Série/4º Bimestre - Produção textual	80
ANEXO M - 3ª Série/1º Bimestre - Texto motivador	81
ANEXO N - 3ª Série/1º Bimestre - Produção textual	84
ANEXO O - 3ª Série/2º Bimestre - Texto motivador	85
ANEXO P - 3ª Série/2º Bimestre - Produção textual	86
ANEXO Q - 3ª Série/3º Bimestre - Texto motivador	87
ANEXO R - 3ª Série/3º Bimestre - Produção textual	88
ANEXO S - 3ª Série/4º Bimestre - Texto motivador	89
ANEXO T - 3ª Série/4º Bimestre - Produção textual	92

APRESENTAÇÃO

Os textos escolares são um “terreno fértil” para análises das mais variadas ordens. Eu escolhi lançar um olhar semântico para estas produções, mais especificamente para o fenômeno da ambiguidade, por acreditar que a Semântica pode ser uma aliada para o ensino de Língua Portuguesa, tanto na construção do conhecimento linguístico, quanto para o processo de produção textual.

Este trabalho tem como corpus os textos de alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa, localizada no município de Porto Velho-RO. Sou professora de Língua Portuguesa há mais de dez anos e atuo nesta escola há seis anos. Já trabalhei com Ensino Fundamental II, Educação de Jovens e Adultos-EJA e atualmente leciono para o Ensino Médio Regular.

O fato de trabalhar com este público foi o que me impulsionou a desenvolver uma pesquisa na área de produção textual, que acredito ser um dos maiores desafios para um professor de linguagem, diante de tantos estímulos tecnológicos e de uma faixa etária que varia de catorze a dezoito anos cada vez menos envolvida com a leitura impressa e mais articulada com as mídias virtuais.

Ao longo da minha carreira pude identificar inúmeras dificuldades nas produções dos alunos, desde problemas ortográficos até problemas de articulação textual em decorrência de muitos fatores tais como: falhas no processo de alfabetização, pouca prática de leitura (como sabemos é uma grande aliada no processo de escrita), falta de acompanhamento dos pais no desenvolvimento escolar de seus filhos, dentre outros. Uma sala de aula é composta de discentes pertencentes a classes sociais distintas, a estruturas familiares das mais diversas e indivíduos com aptidões variadas.

Minha motivação para esta pesquisa surgiu justamente dos meus próprios anseios enquanto professora de Língua Portuguesa, diante de tantas dificuldades em trabalhar com a produção de texto escrito em sala de aula. Acredito que uma pesquisa com a escrita pode contribuir significativamente para melhor compreensão do fenômeno da ambiguidade, especialmente em textos escolares, bem como para a reflexão acerca da prática de produção textual e a necessidade de lançarmos outros olhares para a escrita de nossos alunos.

INTRODUÇÃO

A comunicação está presente em todos os tipos de convivência animal. Os irracionais comunicam-se por instinto, a fim de alcançarem aquilo que necessitam e/ou desejam em determinado momento de suas vidas, seja alimento, proteção, reprodução, etc. Essa comunicação se dá através de instintos biológicos inerentes a cada espécie, já que estes não têm capacidade de raciocínio lógico e de manifestação linguística através da fala. Já os seres humanos, desenvolvem a habilidade comunicativa muito antes da aquisição da fala.

Os bebês em seus primeiros meses de vida comunicam-se através do choro, que pode exprimir dor, fome, frio, calor, dentre outros incômodos. Por volta de dois anos de idade já sabem formular pequenas sentenças e até os três anos já têm adquirido de forma satisfatória a comunicação através da fala. De acordo com Borba (1998), qualquer criança pode tornar-se um falante nativo, o que vai definir o desenvolvimento da linguagem é justamente ser exposta a determinado grupo de falantes de uma certa língua, desse modo aprenderá os modelos que estiverem à sua volta.

Falar em linguagem e comunicação nos remete sem dúvidas ao texto. Entendemos que o texto pode ser produzido não apenas através da escrita, sobretudo e mais frequentemente pela fala, visto que somos seres essencialmente coletivos, portanto, os textos nos ligam a outras pessoas e através deles interagimos e podemos expressar sentimentos, emoções, medos, insatisfações, etc.

O texto escolar escrito pode vir carregado de dúvidas e também insatisfações, seja por parte do aluno ou do professor. O aluno muitas vezes não se sente pronto para o processo de produção textual por insegurança ou medo do erro. Já o professor, identifica inúmeros problemas das mais variadas ordens e algumas vezes não sabe por onde começar esse árduo processo para a formação de um aluno-autor.

Diante de tantas dificuldades no processo de ensino da língua, mais do que alfabetizar e ensinar gramática normativa, deveríamos proporcionar um ensino que leve a um grau de letramento mais elevado para que o aluno possa desenvolver um conjunto de habilidades de leitura e escrita que o tornem capaz de articular de forma mais eficiente a prática de leitura e escrita, conforme aponta Bagno (2002).

Na concepção de Soares (2002), o letramento são as práticas de leitura e escrita e os eventos em que as mesmas são colocadas em ação bem como as consequências dessas práticas para a sociedade.

Entendemos que o letramento ultrapassa os limites da mera alfabetização e pode gerar bons frutos para capacitar um aluno a se tornar um escritor mais consciente e maduro. Neste sentido, essa pesquisa busca fazer uma análise semântica de textos escolares do Ensino Médio, mais especificamente observando a ocorrência de ambiguidade. Utilizaremos algumas concepções de semântica e trataremos dos variados tipos de ambiguidade de acordo com alguns teóricos. Desta forma, verificaremos quais tipos de ambiguidade ocorrem nas produções textuais dos discentes e qual o nível de comprometimento textual. Portanto, não delimitaremos a semântica nem a ambiguidade, por tratarmos das várias teorias acerca das mesmas.

Esse trabalho está dividido em três seções. Na seção I, descreveremos brevemente a escola na qual desenvolvemos a pesquisa, abordaremos o contexto histórico, clientela, corpo docente e processo avaliativo. Para isso, utilizaremos como fonte de consulta o Projeto Político Pedagógico da escola e posteriormente trataremos dos aspectos metodológicos deste estudo.

A seção II trará nosso referencial teórico, que servirá de base para a análise de dados dos textos selecionados. A partir desse referencial, faremos uma exposição sobre a Semântica, posteriormente trataremos das abordagens estudadas pela Semântica, para chegarmos ao conceito de ambiguidade e classificação de acordo com a ótica de alguns teóricos, como Cançado (2005), Ferrarezi (2010), dentre outros. Abordaremos ainda o fenômeno da vagueza e como ele pode se manifestar nos textos. Para isso, nos apoiaremos principalmente em Kempson (1980) e Ferrarezi (2010). Ainda na seção II, abordaremos a textualidade, com aporte em Marcuschi (2008) e Val (2006).

Na seção III nossa ênfase será a análise semântica, especialmente abordaremos o fenômeno da ambiguidade nas produções textuais de alunos do Ensino Médio da EEEM Professor João Bento da Costa. Utilizaremos como base para tal, os teóricos apresentados na seção II deste estudo. Concomitantemente, utilizaremos a Linguística Textual como suporte para a análise, por compreendermos que a ambiguidade como falha de construção textual, poderá refletir diretamente na coerência e coesão, elementos que são imprescindíveis para que haja textualidade.

Acreditamos que a Semântica pode contribuir consideravelmente para o ensino de Língua Portuguesa, proporcionando uma aula dinâmica, bem como trazendo

ferramentas diferenciadas para que os docentes possam analisar os textos de seus alunos sob a ótica do sentido, pois, muitas vezes os professores se prendem mais a questões de ordem gramatical e deixam de lado esse despertar dos alunos para fenômenos semânticos, que podem conferir graves problemas na construção da produção textual, interferindo principalmente na coerência e coesão textuais.

Portanto, nosso objetivo geral é analisar o fenômeno semântico da ambiguidade nas produções textuais que constam em nosso corpus e os objetivos específicos são identificar e descrever o fenômeno da duplicidade de sentido em textos escolares de Ensino Médio. Nosso intuito não é trazer um modelo pronto de análise textual, muito menos solucionar todos os problemas de ordem semântica, mas proporcionar reflexões, questionamentos e inquietudes acerca desse tema que é interessante, envolvente e sugestivo, assim como a Língua.

1 CONTEXTO ESCOLAR E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção contextualizamos o ambiente escolar e apresentamos os procedimentos adotados para análise das produções que compõem o *corpus* deste estudo.

Iniciamos descrevendo o público alvo de nossa pesquisa e trouxemos algumas informações que se referem ao histórico da escola, da comunidade em geral, bem como corpo docente e perfil socioeconômico da classe estudantil. Para nos embasar, tomamos como referência o Projeto Político Pedagógico do ano de 2015 o qual trata destes e de outros aspectos da comunidade escolar.

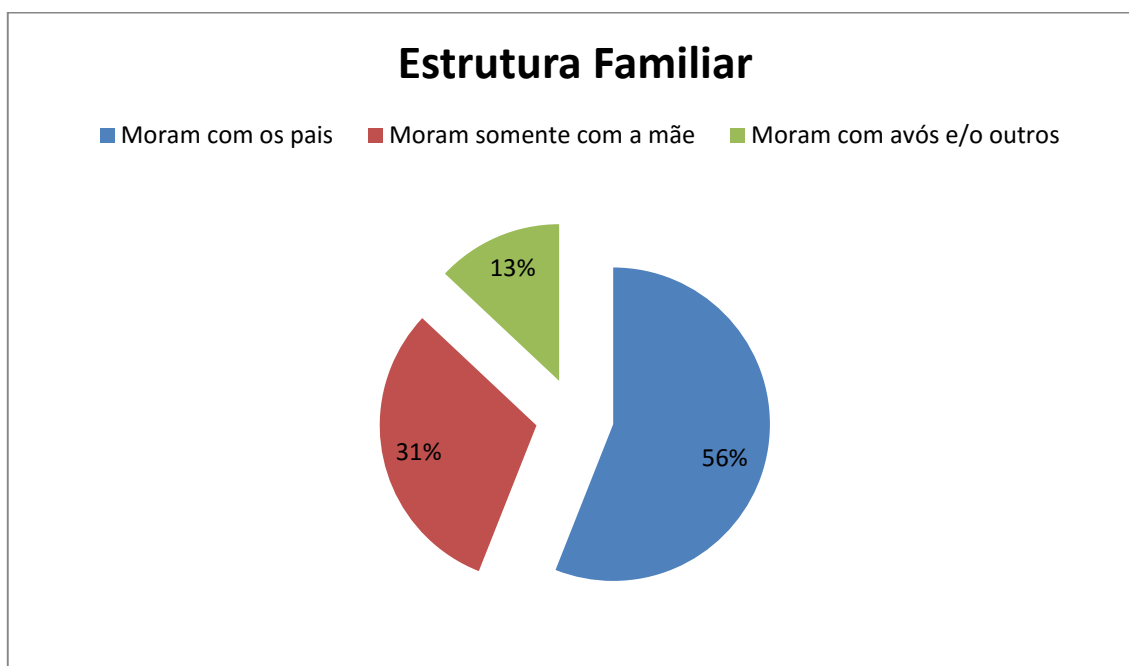
1.1 Breve histórico e perfil socioeconômico da comunidade escolar

A Escola de Ensino Médio Professor João Bento da Costa foi criada pelo decreto nº. 7812 de 28/04/97. Está localizada em uma área urbana periférica, atendendo 20% dos moradores de outras zonas de Porto Velho, 37% dos moradores do bairro Jardim Eldorado, incluindo o Cohab e 43% dos bairros adjacentes como: Castanheiras, Caladinho, Gurgel, Nova Floresta e Conceição.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a escola funciona nos turnos matutino e vespertino ofertando o Ensino Médio Regular. Já no período noturno, Ensino Médio Regular e Curso Seriado Semestral na modalidade Educação de Jovens e Adultos/EJA.

Quanto à renda das famílias, 40% possuem renda baixa, 30% média baixa e 30% média. Há o predomínio, portanto, de alunos com baixa renda compondo o corpo estudantil. No que diz respeito à estrutura familiar, 56% dos alunos moram com os pais, 31% deles moram somente com a mãe e apenas 13% com avós e/ou outros parentes. A figura seguinte ilustra a estrutura familiar:

Figura 1: Estrutura familiar dos discentes da escola.



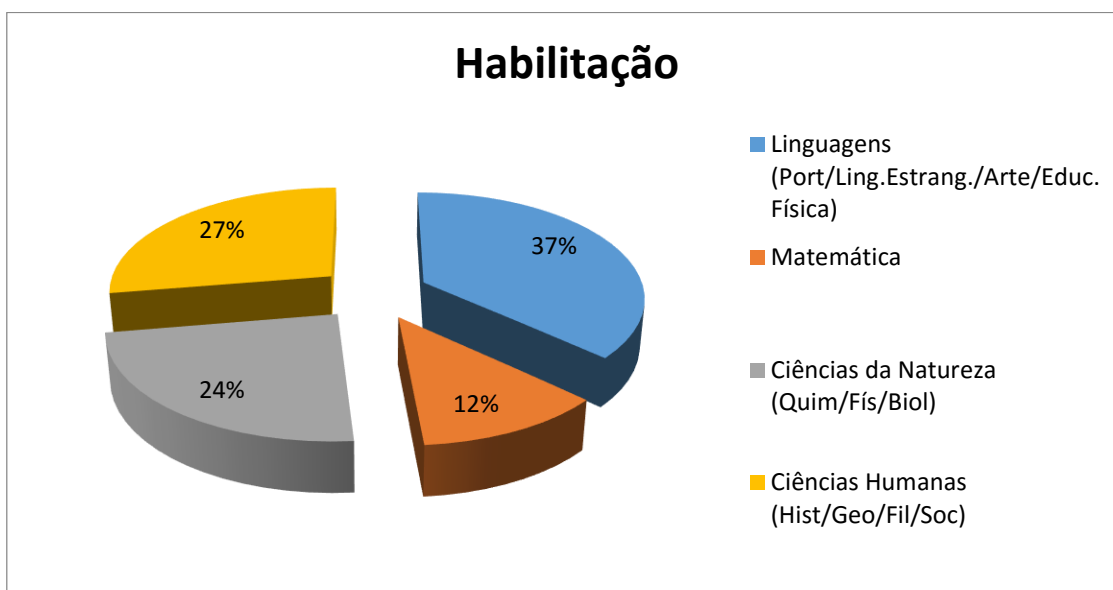
Fonte: PPP da EEEM Professor João Bento da Costa

1. 2 Corpo Docente

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, o corpo docente é formado por 64% de professores com Especialização, 17% com Especialização Incompleta, 10% cursando Mestrado e apenas 9% possuem Mestrado concluído. Destes professores, 56% são do sexo feminino e 44% do sexo masculino. Com relação às áreas de atuação, podemos notar que a maioria do quadro é composta por docentes da área de Linguagem, sendo 37%, em seguida Ciências Humanas com 27 %, Ciências da Natureza com 24 % e posteriormente Matemática com 12% do efetivo docente.

Vale ressaltar que esta nomenclatura se dá em acordo com o que se utiliza nas provas do Enem- Exame Nacional do Ensino Médio, o qual faz uma divisão do Exame em quatro áreas do conhecimento que são respectivamente: Linguagens e suas Tecnologias; abrangendo neste grupo as disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês/Espanhol), Arte e Educação Física; Ciências Humanas e suas Tecnologias; com as disciplinas História, Geografia, Filosofia e Sociologia; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; com Química, Física e Biologia e posteriormente, Matemática e suas Tecnologias; com apenas a disciplina de Matemática. Podemos observar que o maior quantitativo de profissionais se encontra na área de Linguagens e suas Tecnologias, conforme representado abaixo:

Figura 2: Habilitação dos docentes da escola.



Fonte: PPP da Escola João Bento da Costa.

1.3 Avaliação e recuperação da aprendizagem

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola João Bento da Costa,

a avaliação da aprendizagem terá como princípio fundamental valorizar o conhecimento prévio do aluno e contribuir para que ele se torne ativo e crítico. Será ampla e contínua baseando-se no progresso cognitivo, afetivo e psicomotor, contextualizando em termos socioeconômicos e culturais. (PPP da Escola João Bento da Costa)

O atual sistema avaliativo do Ensino Regular foi definido através de votação do corpo docente e adotado a partir de fevereiro de 2015. As primeiras séries são avaliadas com oito pontos referentes às provas escritas (parcial e bimestral) valendo quatro pontos cada uma e dois pontos para trabalhos e/ou pesquisas. Essas três notas são somadas. Há também os simulados bimestrais em que são computados até dois pontos extras de acordo com o número de acertos do aluno.

Já nas segundas e terceiras séries o sistema avaliativo é diferenciado. Há duas avaliações (parcial e bimestral) valendo dez pontos cada uma. O simulado é utilizado para avaliar de duas maneiras: como uma terceira avaliação, sendo computada uma nota de zero a dez. Dessa forma, o aluno passa a ter três notas: parcial, bimestral e simulado. As duas notas maiores são selecionadas para serem somadas e divididas. Além disso, o simulado pode gerar até dois pontos extras, dependendo do quantitativo de acertos do aluno.

Cabe ressaltar que o PPP da escola não menciona quais critérios serão utilizados para avaliar as produções textuais dos discentes e de que maneira estas serão inseridas nas notas. No entanto, os professores de Língua Portuguesa das turmas pesquisadas, informaram que utilizam a produção textual como parte da nota bimestral, seja na avaliação parcial e/ou bimestral. Já em relação aos critérios adotados para avaliação das redações, os professores procuram se pautar nos critérios de correção do Enem para corrigirem os textos dissertativos-argumentativos.

Em relação à recuperação da aprendizagem,

será desenvolvida paralelamente ao período letivo, com intervenções contínuas sobre cada conteúdo ministrado e também ao final de cada semestre, visando superar as dificuldades detectadas no processo ensino-aprendizagem, oportunizando ao aluno recuperar os conteúdos aprendidos. Desse modo, os alunos terão direito a estudos de recuperação em todos os componentes curriculares, não havendo estudos de recuperação por insuficiência de frequência. (PPP da Escola João Bento da Costa)

Portanto, a recuperação ocorre semestralmente, com revisão de conteúdos programáticos equivalentes aos dois bimestres e culmina com a avaliação dos alunos frente aos assuntos trabalhados e notas obtidas na avaliação de recuperação.

Após os estudos da segunda recuperação semestral, a Escola ainda oferece o Exame Final aos alunos que cumpriram o sistema de avaliação e recuperação do rendimento escolar, mas não atingiram a média anual igual ou superior a seis. Não há limite para o aluno quanto ao número de componentes curriculares nos exames finais, desde que o mesmo tenha setenta e cinco por cento da frequência anual e frequentado o processo de avaliação e recuperação adotado pela escola.

1.4 Aspectos Metodológicos da Pesquisa

A pesquisa a que nos propusemos realizar é descritiva, quanto ao seu objetivo. Sua abordagem é qualitativa e para a obtenção do *corpus*, o procedimento metodológico consistiu-se nas produções textuais de alunos de primeira, segunda e terceira séries do Ensino Médio, desenvolvidas ao longo do ano letivo de 2015 na EEEM Prof. João Bento da Costa e aplicadas por professores da disciplina Língua Portuguesa para compor a avaliação dos quatro bimestres.

As produções de primeira série totalizam 94 textos referentes aos quatro bimestres. No primeiro bimestre, foi desenvolvida uma produção narrativa, do gênero autobiográfico. Devido ao fato de a maioria dos alunos de primeira série serem novatos, esta produção foi desenvolvida visando conhecer o público recém-chegado na escola e ainda perceber como este aluno/autor desenvolve a escrita. Portanto, é

um texto de sondagem social e linguística. A faixa etária que compõe esse alunado é de quatorze a dezesseis anos e a maioria provém de escolas públicas.

No segundo e terceiro bimestres, foram trabalhadas a modalidade dissertativo-argumentativa. Sendo que o tema proposto no segundo bimestre foi: *Reciclagem*. Já no terceiro, a temática: *Há limites para a liberdade de expressão?* Não houve utilização de textos motivadores nos dias em que os discentes produziram tais textos, mas foi solicitada leitura prévia dos temas propostos com alguns dias de antecedência. No quarto bimestre, a professora solicitou a leitura de um livro e deixou livre a escolha do título da obra. Foram feitas leituras diversas, desde clássicos literários, passando por livros religiosos e de romance contemporâneo mais voltados para o público adolescente. A produção do último bimestre foi a partir da leitura realizada, tendo como motivação duas perguntas discursivas: *Qual assunto foi abordado como tema principal?* e *Que lição de vida a leitura transmite ao leitor?*

Na segunda série, foram recolhidas 96 produções textuais todas de caráter dissertativo-argumentativo. Em relação às temáticas, no primeiro bimestre o tema foi: *Crise Hídrica*, no segundo bimestre: *Redução da maioridade penal*, no terceiro: *Crescimento da população idosa no Brasil e as consequências para a sociedade* e no quarto bimestre, o tema foi: *A homossexualidade nos dias atuais: direitos civis versus preconceito da sociedade*. Na segunda série, todas as propostas de redação vieram acompanhadas de um texto motivador.

Na terceira série do Ensino Médio totalizam 90 textos recolhidos todos dissertativos-argumentativos. Em relação às temáticas, no primeiro bimestre o tema desenvolvido foi: *Há limites para a liberdade de expressão?* No segundo bimestre: *Na sua opinião, o que é amizade nos dias de hoje?* No terceiro bimestre: *Participação política-indispensável ou superada?* Já no quarto bimestre: *A internação compulsória dos usuários dependentes de crack*.

Os doze textos que serão analisados, constam no anexo desse estudo e estão organizados por série e bimestre. As produções de segunda e terceira séries são antecedidas pelos textos motivadores das mesmas.

Os textos analisados apresentam inúmeros problemas no que diz respeito à ortografia, acentuação, coesão, coerência, dentre outros. Porém, neste trabalho iremos nos deter essencialmente ao fenômeno da ambiguidade. Esta delimitação se justifica pelo fato de acreditar que este aspecto pode interferir diretamente na coesão e coerência, imprescindíveis elementos na produção textual. Optamos por apresentar

análise de quatro textos de cada série, sendo um de cada bimestre, de modo que tenhamos uma visão linear das dificuldades enfrentadas no processo de escrita.

2 AMBIGUIDADE NA PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS

Nessa seção, nosso escopo é dissertar sobre o fenômeno semântico da ambiguidade – que é o objeto de estudo da pesquisa a que nos propomos. Objetivamos analisar a inserção desse fenômeno nos textos escolares de alunos do Ensino Médio de uma Escola Pública em Porto Velho – RO.

Iniciamos fazendo uma breve abordagem sobre a Semântica. Há muitas definições para essa vertente da Linguística. Para nossa descrição, elencamos as postulações de Katz (1982), Marques (2001), Oliveira (2001) e Moura (2013). Daremos ênfase para a semântica argumentativa, lexical e formal. Posteriormente, abordaremos a relação entre semântica e pragmática e ainda discorreremos sobre as diferentes abordagens para o estudo da semântica.

Ainda nesta seção, adentraremos ao fenômeno da ambiguidade, objeto deste trabalho, e descreveremos a vagueza, haja vista a necessidade de se diferenciar os dois fenômenos, já que ambos, em geral, se confundem. Embora nosso foco para esse estudo não seja a linguística textual, faremos uma descrição dos gêneros e tipos textuais e abordaremos os elementos da textualidade por acreditarmos que os fenômenos semânticos estão intrinsecamente relacionados a eles. Nosso suporte será Val (2006) e Marcuschi (2008).

2.1 Semântica: o estudo do significado

De acordo com Katz (1982), a semântica é o estudo do significado linguístico. Interessa-se pelo que é expresso por sentenças e outros objetos linguísticos, não pelo arranjo de suas partes sintáticas ou pela sua pronúncia. Não há como dissociar a semântica de sentido. O interesse da mesma não se dá em relação à estrutura sintática ou sonoridade, mas essencialmente pelos efeitos que os sentidos podem gerar no texto.

Para Oliveira (2001, p.19) “a Semântica pretende realizar uma descrição científica do significado. Seu lugar é, portanto, na ciência.” Pensar em uma ciência do significado é, sobretudo, pensar na materialidade da palavra analisada e trabalhada pelo semanticista, que busca identificar e compreender a capacidade semântica do falante. Sendo assim:

Não é preciso ensinar a criança a fazer sentido na fala de um outro, basta deixá-la viver. Nessa perspectiva, atribuir significado a sentenças é, como respirar, um fenômeno natural, porque ocorre em qualquer circunstância,

mesmo quando há deficiências severas (e das mais diferentes ordens) (OLIVEIRA, 2001, p. 20)

Como foi explicado por Oliveira (2001), a atribuição de sentidos é inerente ao ser humano. Desde crianças nos preocupamos em dar sentido ao mundo que nos cerca. Isso não precisa ser explicado, é natural. Até mesmo pessoas com deficiências diversas, buscam por sentidos e atribuem instantaneamente significação em torno de si. De acordo com Moura (2013):

O sentido de uma sentença pode ser descrito, tecnicamente, como uma função de situações a significados. Em outros termos, calculamos o significado de uma sentença a partir do sentido dessa sentença e da situação em que ela é produzida. (MOURA, 2013, p.63)

Equivale dizer que o contexto irá refletir na produção de significado, ou seja, para cada situação de produção de enunciado, teríamos um significado diferente. Já na perspectiva de Marques (2001), embora haja inúmeros estudos semânticos que abordem a temática do significado, as definições não são suficientes para abranger tamanha complexidade. Portanto, dada a diversidade de posicionamentos a respeito do tema, conseqüentemente, não teremos uma visão linear acerca do mesmo.

2.2 Abordagens para o estudo da Semântica

Segundo Chierchia (2008), há três abordagens para o estudo da Semântica: representacional, pragmático-social e denotacional.

A abordagem representacional ou mentalística defende que o significado das coisas é apresentado mentalmente, ou seja, fazemos imagens mentais de objetos, pessoas, sentimentos, etc. De acordo com Chierchia (2008), “aquilo que um falante associa às diversas ocorrências de uma mesma expressão varia muito de falante para falante e até mesmo de uma ocasião para outra, em um mesmo falante”. (CHIERCHIA, 2008, p. 42). Ou seja, tudo o que falamos, associamos a uma imagem mental. Sendo que cada indivíduo mentaliza de maneira diferente os diversos elementos.

Significa dizer que fazemos imagens mentais para representar objetos, animais, flores, carros, dentre outras coisas. Mas cada pessoa mentaliza de forma diferente, conforme Cançado (2005) explicou, se falarmos em um triângulo, não significa que todos os indivíduos terão o mesmo esquema mental do triângulo, para cada um pode ser associado de uma maneira diferente. Em relação a isso a autora diz que “o significado de algumas palavras não é visual, mas sim, um elemento mais abstrato, um conceito”.

De acordo com a abordagem pragmático-social, explicada também por Chierchia (2008), as falas dos indivíduos são dotadas de peso que lhes confere autonomia para autorizar, proibir, celebrar, incriminar ou defender. Os indivíduos ocupam determinados lugares sociais que lhes conferem ou não certa autonomia para executar algumas ações, ordenar, etc. Isso porque o indivíduo está relacionado ao meio social e é condicionado a este.

O sacerdote ou o juiz de paz que diz: Eu voz declaro marido e mulher não se limita a informar que assim é, mas liga efetivamente duas pessoas em matrimônio; o juiz que diz: Eu te condeno a dois anos sem direito a condicional tem o poder de mandar alguém efetivamente para a cadeia, e assim por diante. As sentenças em questão são parte integrante das práticas e convenções sociais, ou seja, são constitutivas de ações particulares tais como casar ou condenar. O que determina o significado dessas sentenças não parece ser a gramática do português, nem a gramática das cerimônias de casamento, nem tampouco a gramática da justiça. As ações podem ser estudadas identificando-se as condições que permitem que sejam levadas a termo apropriadamente. (CHIERCHIA, 2008, p.44)

As palavras estão envolvidas em um contexto histórico em uma situação comunicativa específica. O indivíduo que celebra um casamento como já foi dito, está ligando afetivamente duas pessoas, bem como aquele que condena está privando a liberdade de outro.

Diante disso, recorremos a Teoria dos Atos de Fala, pois compreendemos que “ao fazermos uso de um enunciado estamos sempre realizando algum tipo de ação: informar, perguntar, mostrar perplexidade, prometer, autorizar, etc.” (ILARI, 2001, p.27)

Como já foi dito anteriormente, dependendo do contexto e do falante, determinado enunciado vai ter aceitação distinta. Como é o caso da celebração de casamento, decreto de prisão ou abertura de sessão. Para que haja “condição de felicidade”, o locutor deve ser alguém autorizado para proferir tais sentenças.

A terceira e última abordagem tratada por Chierchia é abordagem denotacional, que diz respeito a combinação de palavras numa dada língua. As palavras são associadas a objetos e denotam sentidos. Para o autor, “aquilo que chamamos informalmente de significado de uma sentença consiste nas condições em que ela é verdadeira; estas condições dependem da referência dos termos de que a sentença é constituída”. (CHIERCHIA, 2008, p.47)

Tal abordagem nos leva a entender que um nome está associado a um determinado sentido, como por exemplo, um homem que possui registro no cartório, um verbo que se relaciona com seus objetos e assim sucessivamente.

A abordagem denotacional é chamada por Cançado (2005) de abordagem referencial. A autora trata, dentre outras coisas, das noções de acarretamento e pressuposição. Segundo ela, o acarretamento se relaciona com o que está contido dentro do texto. Já a pressuposição, relaciona-se tanto com o que está contido dentro da sentença, bem como o que está ligado ao conhecimento extralinguístico.

Na figura abaixo, ilustramos uma divisão didática a respeito das abordagens desenvolvidas por Chierchia (2008).

Figura 3: Abordagens para o estudo da Semântica

ABORDAGEM REFERENCIAL	ABORDAGEM REPRESENTACIONAL OU MENTALISTA	ABORDAGEM PRAGMÁTICA
Implicações; Inferências; Hiponímia; Acarretamento; Pressuposição; Sinonímia e paráfrase; Antonímia e contradição; Anomalia; Dêixis e Anáfora; Ambiguidade e vagueza.	Protótipos; Metáforas; Polissemia; Preposições.	Teoria dos Atos de Fala; Implicatura conversacional; Inferência; Ambiguidade situacional.

2.3 A Semântica Argumentativa, a Lexical e a Formal

Ferrarezi e Basso (2013) em Semântica, semânticas, nos trazem uma coletânea de estudos realizados por autores diversos e direcionados aos mais variados campos semânticos. A Semântica se subdivide em muitas outras gerando múltiplas possibilidades de pesquisa e atendendo a determinadas necessidades de quem se dispõe a enveredar pelo universo dos sentidos. Os autores assinalam nove tipos: argumentativa, cognitiva, computacional, cultural, enunciação, protótipos, psicolinguística experimental, formal e lexical. Neste estudo, sobretudo, nos limitaremos a tratar da Semântica argumentativa, lexical e formal por entendermos que estas contemplam significativamente nosso trabalho. Inicialmente abordaremos a Semântica argumentativa:

A Semântica Argumentativa ou Teoria da Argumentação na Língua estuda o sentido construído pelo linguístico, é, por isso uma Semântica Linguística. Pretende mostrar que é possível explicar o significado do signo sem fazer intervir o extralinguístico, ou seja, sem fazer intervir um domínio diferente do domínio da língua. Não se trata, pois, de estudar a relação entre o sentido de uma palavra e a informação que a palavra dá sobre a realidade extralinguística, nem sobre uma realidade psicológica, nem sobre condições de verdade. (BARBISAN, 2013, p. 21)

A Semântica Argumentativa explica o sentido construído pela relação entre as palavras reforçando o que já foi dito anteriormente. É uma semântica linguística e pode contribuir para compreensão de textos e de mecanismos utilizados para compor a argumentação. Para Barbisan (2013),

o sentido do enunciado não está nele, nem no outro, mas na relação que se estabelece entre ele e o outro: a realidade linguística é sempre opositiva. Em vista disso, argumentar é levar o outro, o alocutário, a determinada continuação. Assim, a argumentação torna-se fundamental na linguagem. (BARBISAN, 2013, p.21)

A semântica argumentativa está ligada à produção de sentidos, a levar o alocutário a compreensão e interação. Ainda de acordo com Barbisan (2013), a Semântica argumentativa vai em busca da explicação do sentido, visto que é uma semântica linguística e o sentido é construído pela relação entre as palavras, enunciados e discursos.

Já a Semântica Lexical, estuda o significado das palavras e sua relação com outros níveis linguísticos. Trata de fenômenos como a sinonímia, antonímia, hiperonímia e a meronímia, o acarretamento e a pressuposição.

O objeto de estudo da Semântica Lexical hoje está, portanto, na relação entre léxico e estruturas sintáticas: a informação semântica do item provoca em certa medida restrições gramaticais. O escopo de atuação dessas informações está entre o verbo (ou nome eventivo) e seus argumentos (sujeito e objeto). (WACHOWICZ, 2013, p.156)

Wachowicz (2013, p.162) ainda acrescenta que há restrições gramaticais que são causadas pelo léxico e que “as teorias lexicalistas ora carregam o item lexical de informações aspectuais, ora de informações temáticas, ora tratam essas mesmas informações como primitivos cognitivos.” Cabe dizer que o verbo é o item lexical que provoca restrições de natureza temporal. O item lexical carrega informações de ordem temática e que não há como fazer distinção entre as informações aspectuais e temáticas. Ou seja, os aspectos semânticos estão condicionados aos aspectos cognitivos.

Pietroforte e Lopes (2012) afirmam que as palavras são definidas umas em relação às outras e por isso estabelecem diversos tipos de relação entre si. Dentre estas inúmeras relações que as palavras podem estabelecer, eles abordam a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia/hiponímia, a homonímia, a paronomásia e a polissemia.

Neste estudo nos ocuparemos em tratar especificamente da homonímia e polissemia, pois estas incidem diretamente sobre a duplicidade de sentidos,

colaborando desta forma, para nosso objeto de estudo. De acordo com Pietroforte e Lopes (2012, p.129), “a homonímia resulta da coincidência entre significantes de palavras com significados distintos.” Eles trazem um exemplo muito comum de homonímia que incide sobre a palavra manga, que, embora tendo escrita e pronúncia idênticas, partem de etimologias diferentes e consequentemente significados distintos.

“A polissemia abrange palavras que possuem mais de um significado para o mesmo significante” (PIETROFORTE; LOPES, 2012, p.131) como podemos observar com o vocábulo *vela*:

ao significante vela correspondem os significados “objeto para iluminação formado de um pavio constituído de fios entrelaçados, recoberto de cera ou estearina”; “peça que causa ignição dos motores”; “pano que, com o vento, impele as embarcações”, etc. (PIETROFORTE; LOPES, 2012, p.131)

Distinguir homonímia e polissemia não é uma tarefa fácil e muitos estudiosos já se ocuparam deste assunto. “Por esta razão, a distinção entre homonímia e polissemia, embora suficientemente fácil de ser formulada, é difícil de ser aplicada com coerência e segurança”. (LYONS, 1981, p.111)

Nosso foco será a Semântica Formal, pelo fato de esta, contemplar diretamente o estudo da ambiguidade. As outras teorias semânticas surgiram a partir da Semântica Formal, visando resolver problemas que a mesma não conseguiu. A Semântica Formal está ligada à abordagem representacional, que veremos adiante. De acordo com Basso (2013):

A Semântica Formal é uma ciência mais nova, cuja forma atual tem cerca de cinquenta anos e cujas características definidoras são encontradas também na Filosofia e na Lógica, quando essas duas disciplinas estavam preocupadas, no final do século XIX, em dotar a Matemática de uma linguagem exata, livre de ambiguidades, vagueza e indeterminações. (BASSO, 2013, p.135)

Portanto, a Semântica Formal é recente e em princípio relacionava-se com a Filosofia e com a Lógica, por serem disciplinas que estavam preocupadas em determinar a Matemática como uma linguagem exata. Para Basso (2013, p. 138) “o objeto de estudo da Semântica Formal são estruturas linguísticas composicionais que se relacionam sistematicamente com algo exterior à linguagem e permitem certos tipos de raciocínio.” A Semântica Formal se ocupa em estudar a estrutura linguística bem como a extralinguística, pois estas se embasam nas condições de verdade. A respeito disso, Basso acrescenta:

Assim, o objeto de estudo da Semântica Formal é qualquer item, forma ou manobra linguística que de alguma maneira tenha impacto nas condições de

verdade das sentenças. Na prática, esse estudo se faz indo das sentenças para as menores unidades significativas e retornando para o nível da trama de sentenças. (BASSO, 2013, p.143)

Identificamos esse mesmo posicionamento em Muller e Viotti quando afirmam que:

A Semântica Formal, portanto, se apoia no fato de que, se não conhecemos as condições nas quais uma sentença é verdadeira, não conhecemos seu significado. Ela afirma que o significado de uma sentença é o tipo de situação que ela descreve e que a descrição dessas situações possíveis é equivalente às condições de verdade da sentença. (MULLER e VIOTTI, 2012, p. 139)

De acordo com Oliveira (2001, p.131) “a ambiguidade é o exemplo mais gritante da disparidade entre a cadeia de sons e a forma semântica, porque a mesma forma fonética recebe duas interpretações diferentes.” Observemos o exemplo dado pela autora:

(i) “Todos os alunos amam uma aluna” (p. 131).

Temos neste caso a ambiguidade, pois podemos interpretar de duas formas distintas este enunciado. Todos os alunos amam alunas diferentes ou todos os alunos amam apenas uma aluna? Cabe analisar a ambiguidade neste excerto.

Para Cançado (2005), o trabalho dos semanticistas formais tem sido propor modelos simples das linguagens formais e interpretar o maior número de sentenças naturais. Ao passo que se observam que os modelos são inadequados, eles vão sendo substituídos por outros mais complexos.

Já em relação às várias modalidades de Semântica, Ferrarezi (2010), diz que as semânticas se complementam e não há como dissociar uma da outra, elas não existem puramente, mas todas estão interligadas e atendem a necessidades diferenciadas.

Diante disso, é importante ressaltarmos que a Semântica dialoga com outras áreas tais como a Pragmática e a Filosofia. Marques (2001) e Kempson (1980) pontuam que:

Durante o século V a.C., registra-se entre os filósofos gregos, a preocupação com a linguagem, como tema ligado à interpretação dos fenômenos naturais e às suas relações com as instituições sociais. No plano lógico-filosófico interessava explicar, de um lado, a origem e a natureza da linguagem, de outro, a relação entre as palavras e as coisas que elas nomeavam ou significavam.

Se aos elementos do mundo correspondiam nomes, um dos aspectos fundamentais dos estudos da linguagem era determinar se as palavras se associavam naturalmente às coisas a que se referiam ou se as palavras nomeavam as coisas em decorrência de seu uso na intercomunicação social: a relação entre as palavras e as coisas era arbitrária e resultado de convenção. (MARQUES, 2001, p. 26)

Como uma disciplina que faz ponte entre a Linguística e a Filosofia, a Semântica suscita um considerável problema inicial para o neófito, pois grande parte da literatura sobre o assunto a ser examinado é escrita por filósofos e não por linguistas. (KEMPSON, 1980. p.9)

Portanto, a investigação filosófica das linguagens naturais tem por objetivo compreender o funcionamento da língua e o modo como esta é utilizada pelos falantes, visto que a linguagem é preocupação antiga por parte dos filósofos, que se empenhavam em entender os mecanismos de comunicação,

o estudo do significado linguístico assume especial importância em sociedades letradas, embora a questão do significado não fosse menos importante em sociedades não letradas. A afirmação decorre do ato de que, em praticamente todas as culturas letradas, encontramos algum tipo de elaboração escrita, registrada, sobre o que as palavras e as sentenças de uma língua significam e como a significação das expressões nos permite agrupá-las em classes, uma das bases da confecção de gramáticas, de manuais de bom falar, de obras sobre o uso correto da língua. (FERRAREZI e BASSO, 2013, p.13)

De acordo com Ferrarezi e Basso (2013), podemos depreender que o estudo do significado sempre interessou o homem que fez buscas para explicar, conceituar e interpretar o mundo à sua volta, tanto em sociedades letradas quanto em sociedades não letradas.

Em relação à pragmática, podemos dizer que esta complementa a semântica, visto que a mesma estuda o significado das palavras de forma limitada e está mais relacionada ao contexto linguístico. A pragmática se ocupa em descrever e analisar o contexto extralinguístico, ou seja, o que está além do texto. Portanto, “a pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística” (FIORIN, 2012, p.161) conseqüentemente, muitos fatores podem interferir no resultado final do texto, como quem fala, para quem fala, o tempo e o espaço.

2.4 Fenômenos Semânticos: ambiguidade e vagueza

2.4.1 Ambiguidade

A ambiguidade incide em interpretações diversas que uma palavra ou expressão pode ter. Acontece quando uma palavra ou uma estrutura linguística em um mesmo contexto, ou mesma ocorrência, assume sentidos diferentes.

Ela pode ocorrer sem intenção por parte do locutor, o que pode gerar alguns problemas, tanto para o texto oral, quanto para o escrito, visto que o enunciado pode

ser interpretado de maneira diferente da pretendida. Por outro lado, pode haver a ambiguidade intencional, ou seja, quando o autor pretende gerar determinado efeito de sentido no texto. Nesse sentido, Carneiro (2001, p. 141) ressalta que “a ambiguidade nem sempre é um problema: ela é fruto, muitas vezes, de uma intenção clara e determinada, muito encontrada em textos publicitários e humorísticos.”

Ferrarezi, acerca do que afirma Carneiro em relação à ambiguidade gerada propositalmente como recurso, explica:

Assim, poderíamos redefinir a ambiguidade não como uma falha de construção, mas como uma operação em que os interlocutores operam com sentidos dos sinais ou com cenários diferentes para um dado contexto. Há de se observar, porém, que a ambiguidade tem sido definida tradicionalmente como uma “falha” da comunicação, como um “vício”. Isso não é correto: na verdade, muitas vezes ela (ou seja, essa possibilidade de operação dupla) é gerada propositalmente pelos interlocutores. (FERRAREZI, 2010, p. 242)

Portanto, não podemos conceber a ambiguidade meramente como um problema de construção. Esta pode ser um excelente recurso para enriquecer um dado contexto e cenário como foi mencionado acima. Neste estudo, porém, nosso foco é abordar a ambiguidade como um problema na construção do texto e dos sentidos.

De acordo com Carneiro (2001), “a ambiguidade pode ser polissêmica ou estrutural. No primeiro caso, deve-se à possibilidade de os vocábulos apresentarem mais de um significado. No segundo caso, ela se prende a problemas de construção.” (CARNEIRO, 2001, p.141). Para o autor, a ambiguidade polissêmica “pode ser evitada por meio do esclarecimento maior do contexto ou pela substituição do vocábulo polissêmico por outro de significado equivalente.” (CARNEIRO, 2001, p.141).

Carneiro (2001) exemplifica ambiguidade polissêmica, bem como possibilidades de evitá-las. A fim de contribuir para a melhor compreensão da análise que faremos posteriormente, na seção 4, transcrevemos alguns exemplos:

- (i) Deixei a **lima** sobre a mesa! (Ferramenta ou fruta?)
 Guardei as ferramentas mas deixei a **lima** sobre a mesa!
 (Esclarecimento do contexto)
- (ii) Deixei a **laranja-lima** sobre a mesa!
 (Esclarecimento do contexto)
- (iii) Seu filho não deve receber **bolachas**! (Tapas ou biscoitos?)
 Seu filho não deve receber **biscoitos**!
 (Substituição do vocábulo equivalente) (CARNEIRO, 2001, P.141)

No caso da ambiguidade estrutural, Carneiro (2001) aponta inúmeras causas e possibilidades de eliminá-la de acordo com o que a originou:

- a) A difícil distinção entre agente e paciente:
 A desestruturação **da empresa** prejudicou a obra.

(O fato de a empresa não se estruturar convenientemente ou o fato de ter sido desestruturada prejudicou a obra?)

Sugestão: Desestruturarem a empresa prejudicou a obra. / A desestruturação característica da empresa prejudicou a obra.

b) Mau uso da coordenação:

Pedro e Maria vão desquitar-se.

(Pedro vai desquitar-se de Maria ou cada um deles vai separar-se de seu cônjuge?)

Sugestão: Pedro vai desquitar-se de Maria. / Pedro e Maria vão desquitar-se de seus cônjuges.

c) Má colocação de palavras:

O **aluno enjoado** saiu da sala.

(O aluno saiu da sala porque estava enjoado ou o aluno- considerado enjoado pelo enunciador- saiu da sala?)

Sugestão: O aluno saiu enjoado da sala ou saiu da sala enjoado. / Aquele aluno enjoado saiu da sala.

d) Mau uso de pronomes relativos:

Conheci o prefeito e a menina **de que** gosto.

(Gosto do prefeito ou gosto da menina?)

Sugestão: Conheci o prefeito de que gosto e a menina. / Conheci a menina de que gosto e o prefeito.

e) Não distinção entre pronome relativo e conjunção integrante:

O jogador falou com a secretária **que mora perto daqui**.

(A secretária mora perto dali ou o jogador mora perto dali?)

Sugestão: O jogador falou que mora perto daqui para a secretária. / A secretária que mora perto daqui falou com o jogador.

f) Indefinição de complementos:

O pai quer o casamento **logo**, mas a filha não quer.

(A filha não quer o casamento brevemente ou não quer casar-se?)

Sugestão: O pai quer o casamento logo, mas a filha não quer que seja tão rapidamente. / O pai quer o casamento logo, mas a filha não quer casar-se.

g) Mau uso de possessivos:

João encontrou Maria e lhe disse que **sua** prima estava doente.

(A prima de João ou a prima de Maria estava doente?)

Sugestão: João disse que sua prima estava doente para Maria, quando a encontrou. / João disse a Maria que a prima dele/dela estava doente.

h) Mau uso de formas nominais:

O advogado encontrou o réu **entrando** no tribunal.

(Quem entrava no tribunal: o réu ou o advogado?)

Sugestão: O advogado encontrou o réu que entrava no tribunal. / O advogado, que entrava no tribunal, encontrou o réu. (CARNEIRO, 2001, p. 142)

Como pudemos perceber a ambiguidade estrutural, apresenta inúmeras causas e cada uma delas pode ser desfeita com o deslocamento dos vocábulos dentro do enunciado.

Para Garcia (2011), a ambiguidade é uma figura de duplicidade, ou seja, um tipo de figura de linguagem. Pode ser ocasionada pela anfibologia, pela polissemia

ou pela homonímia, ressaltando que polissemia e homonímia podem ocorrer sem necessariamente estar atreladas à ambiguidade.

A anfibologia ocorre “quando a ordenação de uma frase ou seus antecedentes levam a uma dupla interpretação”. (GARCIA, 2011, p. 17). Neste caso, para desfazer a ambiguidade, bastaria reordenar o posicionamento de determinada palavra.

A polissemia se dá “quando uma palavra desenvolve outro (s) significado (s), além do seu sentido original, normalmente por um processo metafórico ou metonímico.” (GARCIA, 2011, p.17). Há que se observar a duplicidade que algumas palavras expressam, podendo inclusive ocasionar o humor. A homonímia, sobretudo, acontece “quando duas palavras de origem diversa convergem, geralmente por motivos históricos, para uma mesma forma (significante), embora mantenham seus significados diferentes.” (GARCIA, 2011, p.18) A escolha lexical de maneira criteriosa pode contribuir para evitar casos de ambiguidade causadas pela homonímia, verificando, inclusive o contexto.

Ullmann (1970), por sua vez, apresenta três tipos de ambiguidade: fonética, gramatical e lexical. A ambiguidade fonética pode ser resultante da homonímia, visto que muitas palavras possuem escrita e pronúncia iguais, podendo gerar dois sentidos para um mesmo enunciado. A ambiguidade gramatical pode ocorrer devido ao fato de muitos prefixos e sufixos serem ambíguos ou ocasionada também pela estrutura da sentença. Neste último caso, uma palavra isoladamente pode não apresentar ambiguidade, porém, posta num determinado contexto ser interpretada de maneiras diferentes. Já a ambiguidade ocasionada por fatores lexicais pode ocorrer quando mais de um sentido está relacionado ao mesmo nome como no caso da polissemia, quando uma mesma palavra pode ter significados distintos ou devido a homonímia, quando duas ou mais palavras diferentes podem ser idênticas em relação ao som, mas possuir grafias diferentes.

De acordo com Cançado (2005), “a ambiguidade pode ser gerada por vários fenômenos da língua, ou até mesmo de seu uso.” Para compreender melhor tal fenômeno, vamos abordar os tipos de ambiguidades apontadas pela autora. O primeiro deles é a ambiguidade lexical. Ocorre quando “a dupla interpretação incide somente sobre o item lexical”. Entretanto, a ambiguidade lexical pode ser gerada por dois fenômenos diferentes: a homonímia e a polissemia. Embora homonímia e polissemia lidem com os sentidos, é importante compreender as distinções entre ambas:

A homonímia ocorre quando os sentidos da palavra ambígua não são relacionados. Existem palavras homógrafas, com sentidos totalmente diferentes para a mesma grafia e o mesmo som; e as homófonas, com sentidos totalmente diferentes para o mesmo som de grafias diferentes. (CANÇADO, 2005, p.65)

Em conformidade ao pensamento da autora, Ferrarezi diz que

(...) muitas palavras, devido ao seu uso marcadamente polissêmico, permitem mais de uma interpretação no mesmo contexto, desde que esse contexto seja inserido em cenários distintos. Isso fica muito claro com palavras que têm, além de seu uso “normal”, um uso pejorativo ou chulo, como “piranha”, “galinha”, “comer”, “cachorro”, “veado”, entre outras comumente ouvidas no cotidiano brasileiro. (FERRAREZI, 2010, p.245)

Vale ressaltar que, esta situação de ambiguidade citada por Ferrarezi pode ser facilmente desfeita (se este for o interesse) selecionando o vocábulo adequado e reestruturando corretamente as frases.

O segundo tipo de ambiguidade é a sintática, ou ambiguidade estrutural, que ocorre quando há uma reorganização sintática das palavras, originando assim, múltiplas interpretações.

(...) o que gera a ambiguidade são as diferentes possibilidades de reorganizar as sentenças, ou seja, a possibilidade de ocorrência de diferentes estruturas sintáticas na mesma sentença. Portanto, toda vez que se tratar de uma ambiguidade sintática, conseguimos mostrar as possibilidades de interpretação da sentença, apenas alternando a posição das expressões envolvidas na ambiguidade; o que não acontece com os outros tipos de ambiguidade. (CANÇADO, 2005, p.70)

Outro tipo de ambiguidade estrutural é a chamada ambiguidade de escopo. Ocorre quando há uma ideia de distribuição coletiva ou individual. Neste caso, não é um item lexical ou estrutura sintática que ocasionam a ambiguidade, bastando substituir o léxico ou reorganizar o período. A ambiguidade de escopo requer uma reorganização no campo semântico.

A ambiguidade decorre de uma estrutura, mas não da estrutura sintática, e sim, da estrutura semântica da sentença, que gera as duas interpretações: é a maneira de organizar a relação de distribuição entre as palavras que expressam uma quantificação que gera a ambiguidade. (CANÇADO, 2005, p. 71)

Salientamos que, tanto a ambiguidade sintática, quanto a ambiguidade de escopo são tipos de ambiguidades estruturais. No primeiro caso, basta reorganizar sintaticamente as palavras de modo que se desfaça o duplo sentido. Já na ambiguidade de escopo requer uma reorganização no que diz respeito a distribuição coletiva ou individual, para que fique claro se o que foi dito refere-se a um item ou a outro.

Ainda dentro da perspectiva de Cançado (2005), o terceiro caso de ambiguidade elencado pela autora é a chamada ambiguidade semântica.

(...) é um tipo de ambiguidade sistemática que não tem sua origem nem nos itens lexicais, nem na estrutura sintática e nem no escopo da sentença. A ambiguidade é gerada pelo fato de os pronomes poderem ter diversos antecedentes. Por isso é chamada de ambiguidade semântica, pois é uma questão relacionada a correferencialidade. (CHIERCHIA, 2003 apud CANÇADO, 2005).

Este caso de ambiguidade ocorre quando numa dada sentença, há um pronome que pode referir-se a mais de uma palavra, gerando dúvida no que diz respeito a seu antecedente. São exemplos típicos de pronomes que podem causar esta duplicidade de referência, os pronomes seu e sua.

A fim de reforçar o que já foi dito anteriormente a respeito dos tipos de ambiguidade, segue abaixo uma síntese em que constam as concepções de ambiguidade adotadas pelos teóricos que estudamos nesta seção:

Figura 4: Concepções de ambiguidade

CARNEIRO (2001)	GARCIA (2001)	ULLMAN(1970)	CANÇADO (2005)
- Polissêmica - Estrutural	- Anfibologia - Polissemia - Homonímia	- Fonética - Gramatical - Lexical	- Lexical - Sintática - Escopo - Semântica

2.4.2 Vagueza

A vagueza também é um fenômeno de indeterminação semântica e muitas vezes é confundida com a ambiguidade. É necessário, portanto, que se faça essa distinção, a fim de que possamos delimitar com mais clareza o nosso trabalho.

A vagueza diz respeito à imprecisão na representação linguística. Diariamente somos vagos em algumas afirmativas que fazemos pelo simples fato de sintetizar uma informação, ou até mesmo por não sabermos com precisão o que deve de fato ser falado ou escrito. Para Ilari (2001):

Diz-se que uma palavra é vaga quando não existe um critério único e seguro para decidir a que objetos a aplicaríamos. Um exemplo disso é o adjetivo alto: é muito difícil estabelecer o que signifique alto sem pensar em objetos de um tipo determinado (um prédio alto mede muito mais do que uma árvore alta, etc.); mas mesmo que pensemos em objetos de um único tipo, por exemplo, todos os seres humanos, distinguir entre eles os indivíduos altos só é possível mediante uma decisão até certo ponto arbitrária: seriam altas as pessoas com mais de 1,80m? Com mais de 1,90? Com mais de dois metros?... (ILARI, 2001, p. 201)

É necessário, portanto, estabelecer determinados parâmetros que norteiem as palavras, especialmente os adjetivos, pois sob determinado aspecto algo pode ser

alto, já diante de outra perspectiva pode ser baixo, gerando então situações de vagueza textual, seja na fala ou na escrita.

De acordo com Ferrarezi (2010), a vagueza pode ocorrer quando nos referimos a cores, texturas, comprimentos, horas, distâncias, etc.

O autor ainda afirma:

A multiplicidade de expressões vagas e a nossa constante necessidade de utilizá-las no cotidiano fazem da vagueza uma característica geral das línguas naturais. Na verdade, parece que somos precisos somente em situações muito especiais. Mesmo quando respondemos as horas para alguém, somos imprecisos, pois isso é quase como uma decorrência das propriedades atribuídas ao tempo e sua representação em nossa cultura. (FERRAREZI, 2010, p.254).

Portanto, como disse Ferrarezi, temos a tendência de utilizar com precisão os dados em situações muito específicas de comunicação, casos em que deve haver exatidão na linguagem; já nos casos mais corriqueiros e triviais, a tendência é sintetizar para acelerar a comunicação e até mesmo facilitar o processo.

Ainda de acordo com Ferrarezi:

A vagueza não deve ser encarada como uma falha ou como um vício, exceto, como disse, nas situações especiais em que se deseja precisão absoluta. Nas outras situações ela simplifica muito o processo de comunicação e atenua as tensões que poderiam se formar por necessidade de precisão absoluta das representações. (FERRAREZI, 2010, p.255)

Já para Oliveira (2012):

Em determinados tipos de texto, como relatórios que descrevem experimentos ou visitas técnicas e monografias, a vaguidade deve ser evitada. Por outro lado, em textos literários, jornalísticos e publicitários, a vaguidade pode se revelar uma ferramenta estilística interessante. (OLIVEIRA, 2012, p. 159)

É imprescindível compreender que há situações em que o recurso é bem-vindo e bem utilizado por parte do escritor, visto que há modalidades textuais que são enriquecidas com tal recurso estilístico como foi mencionado acima, textos jornalísticos, literários e publicitários.

Kempson (1980) propõe uma classificação para o fenômeno da vaguidade. De acordo com a autora, esta pode ser dividida em quatro grupos:

O primeiro grupo é da vaguidade referencial “quando o significado do item lexical é em princípio bastante claro, mas pode ser difícil decidir se o item pode ou não ser aplicado a certos objetos.” (KEMPSON, 1980, p.126). Para exemplificar esse caso, a autora utiliza as palavras montanha e morro, floresta e bosque e questiona em que situações podemos dizer que se trata de montanha e não morro? Do mesmo modo, o

que faz com que seja floresta e não bosque? Quais os limites? Essas imprecisões podem gerar vaguidade, visto que dependendo da situação fica difícil determinar.

O segundo tipo de vaguidade é causada pela “indeterminação do significado de um item ou sintagma” (KEMPSON, 1980, p.127). É comum ocorrer esse tipo de vaguidade devido ao uso da preposição de, como em “O livro de João” (KEMPSON, 1980, 127). Pode-se inferir que o livro foi escrito por João, ou que o livro pertence a João, ou ainda ao livro que lhe mandaram ler. Fica evidente a vaguidade numa construção desse gênero.

O terceiro tipo de vaguidade é ocasionada pela “falta de especificação no significado de um item, quando então o significado, embora em princípio bastante claro é muito geral” (KEMPSON, 1980, p.127) essa vaguidade pode ocorrer devido à falta de especificação de pessoa, também com os verbos ir e fazer, que podem ser muito abrangentes. A autora exemplifica:

(i) “Ele foi à estação” (KEMPSON, 1980, p.127).

Neste caso, ir à estação pode ser para passear, correr, andar de bicicleta, etc. O quarto e último tipo de vaguidade, conforme Kempson (1980) refere-se a “casos em que o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações” (KEMPSON, 1980, p.128). Ocorre em casos em que se utiliza a conjunção ou. Conforme exemplifica: “Os candidatos ao emprego devem ter um diploma de primeira classe ou certa experiência de magistério.” (KEMPSON, 1980, p.128) nesta construção implica uma exclusão de uma de suas partes. Ou os candidatos devem ter diploma de primeira classe, ou certa experiência no magistério. Kempson (1980) alerta para o fato de que esse último caso de vaguidade é geralmente confundido com verdadeiros casos de ambiguidade.

É válido salientar que a comunicação através da fala permite que se faça acomodações instantâneas no exato momento da enunciação, a fim de retificar expressões que naquele momento, não foram bem compreendidas pelo interlocutor. Diferentemente da escrita, que requer uma atenção redobrada no sentido de perceber se ambiguidade e vagueza naquele fragmento, de fato são recursos estilísticos ou problemas na construção do texto. Portanto, recorremos a Ferrarezi (2010) quando diz que

podemos, a partir dessas considerações, caracterizar a vagueza, como uma forma muito produtiva de construir representações com um sistema linguístico, exceto quando explicitamente indesejada em um contexto e um cenário dados. E, assim como a ambiguidade, raramente ocorrerá, na fala cotidiana, um caso de vagueza que cause problemas à compreensão de uma sentença. (FERRAREZI, 2010, p. 257)

Como já foi dito anteriormente, há textos que permitem e inovam com tais recursos, outros, dependendo da maneira que foram construídos comprometem não só a estética bem como a compreensão.

Vale ressaltar que ambiguidade e vagueza são dois fenômenos semânticos que tendem a ser confundidos pelo fato de ambos tratarem do sentido. A vagueza perpassa a imprecisão dos sentidos, como nos casos de tamanho, cor, altura, largura, etc. Já a ambiguidade, ocorre quando um item pode acionar mais de um sentido.

Concordamos com Cançado (2005) quando diz que a ambiguidade e a vagueza são resolvidas no contexto. Para a primeira, o contexto pode selecionar os sentidos que serão utilizados; no caso da segunda, pode acrescentar alguma peculiaridade que não está na expressão.

Por vezes, ocorre confusão entre vagueza e ambiguidade. Uma expressão pode ser ambígua sem necessariamente ser vaga, visto que, a expressão pode inferir mais de uma interpretação e mesmo assim ser precisa, pontual. Do mesmo modo, a expressão pode ser vaga sem ser ambígua, ou seja, imprecisa em seus dados, mas livre de duplo sentido.

2.5 A ambiguidade e as falácias de equívoco

As falácias são termos utilizados para designar um raciocínio equivocado. De acordo com Arruda e Martins (1993),

a falácia é um tipo de raciocínio incorreto, embora tenha a aparência de correção. Podem ser *formais*, quando contrariam as regras do raciocínio correto, e *não-formais*, quando, os erros decorrem de inadvertência ou falta de atenção ao tema, ou porque somos iludidos por alguma ambiguidade na linguagem usada para formular nosso argumento. (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 83)

As autoras dividem as falácias em *não-formais* e *formais*. As primeiras são muito comuns no cotidiano e são comumente utilizadas para convencer, acionando emoções como o medo, entusiasmo, hostilidade ou irreverência. Segundo elas, há quatro tipos de falácias não-formais: falácia *de acidente*, falácia *de ignorância da questão*, falácia *de petição de princípio* e falácia *de equívoco*.

A *falácia de acidente*, “consiste em considerar essencial algo que não passa de acidente, como por exemplo, concluir que a medicina é inútil devido ao erro de um médico.” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 83). Para as autoras, esta falácia pode ocorrer quando não se faz uma análise cuidadosa das circunstâncias e dos acontecimentos.

A *falácia de ignorância da questão*, consiste em se afastar da questão “desviando a discussão para outro lado. Um advogado habilidoso, que não tem como negar o crime do réu, enfatiza que ele é um bom filho, bom marido, trabalhador, etc.” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 83). Neste tipo de falácia, uma estratégia utilizada é desviar a verdadeira causa do problema, justificando com argumentos que não isentam ou justificam determinado problema.

Há também a *falácia petição de princípio*, que consiste em “supor já conhecido o que é o objeto da questão.” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 83). As autoras trazem o seguinte exemplo:

(i) “Por que o ópio faz dormir? Porque tem uma virtude dormitiva ou Tal ação é injusta porque é condenável; e é condenável porque é injusta” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 83).

Nesta falácia há afirmação do óbvio, pois a conclusão está entre as premissas do texto.

A quarta e última falácia não-formal é a *falácia de equívoco*, nosso foco para esse estudo, que decorre de “ambiguidades e falta de clareza, quando conceitos ou frases não são suficientemente esclarecidos ou são empregados com sentidos diferentes nas diversas etapas da argumentação.” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 84). As autoras ilustram esta falácia com o seguinte exemplo:

(i) “O fim de uma coisa é a sua perfeição; a morte é o fim da vida; logo a morte é a perfeição da vida.” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 84).

O vocábulo *fim*, acaba gerando ambiguidade, visto que no primeiro contexto, *fim*, traz ideia de finalidade, objetivo. Já no segundo, *fim* tem o sentido de término. Portanto, o mesmo vocábulo em contextos diferentes, provoca a falácia de equívoco.

As segundas, as falácias formais, ocorrem “quando o argumento não atende às regras do pensamento correto e válido”. (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 84). As autoras ilustram esse tipo de falácia com dois exemplos:

1. Todos os homens são loiros.
Ora, eu sou homem.
Logo, eu sou loiro.
2. Todos os homens são vertebrados.
Ora, eu sou vertebrado.
Logo, eu sou homem. (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 84)

De acordo com Aranha e Martins (1993), em 1 ocorre uma *falácia quanto à matéria* pois embora trate de argumento formalmente correto, o conteúdo não

corresponde à realidade. Já em **2**, há uma *falácia quanto à forma*, pois desatende uma regra do argumento válido.

2.6 Semântica e produção de texto

Esse estudo semântico é inseparável da textualidade, como já demonstramos anteriormente. Sendo assim, é pertinente abordarmos sobre os elementos da textualidade.

Iniciamos com a distinção entre Tipos e Gêneros Textuais. Marcuschi (2008) diferencia ambos:

Tipo textual designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendência a aumentar. Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto argumentativo ou narrativo ou expositivo ou descritivo ou injuntivo. (MARCUSCHI, 2008 p.154, 155)

Em relação ao conceito de Gênero, Marcuschi acrescenta:

Gênero textual refere-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. (...) Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais, bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (MARCUSCHI, 2008, p.155)

Os gêneros textuais existem desde nossos antepassados, que viviam no interior das cavernas e já estabeleciam comunicação através de pinturas rupestres. Certamente ainda eram limitados, pois a comunicação oral prevalecia sobre os demais meios de comunicação. Com o surgimento da escrita, por volta do século VII a.C, os gêneros se multiplicaram e passaram a facilitar o processo. Posteriormente, com a cultura impressa essas modalidades se expandiram ainda mais e durante a crescente industrialização, no século XVIII, pode-se dizer que floresceram marcando um período de grande desenvolvimento cultural, social e intelectual.

Porém, nada comparado ao que vemos atualmente: frequentemente surge uma nova modalidade escrita, que simboliza o auge do desenvolvimento tecnológico. A

internet possibilita inúmeros gêneros textuais que fogem do convencional papel e caneta. Para Marcuschi (2008):

Os textos sempre se realizam em algum gênero textual particular, seja uma notícia de jornal, uma piada, uma reportagem, um poema, uma carta pessoal, uma conversa espontânea, uma conferência, um artigo científico, uma receita culinária ou qualquer outro. E cada gênero tem maneiras especiais de ser entendido, não se podendo ler uma receita culinária como se lê uma piada, um artigo científico ou um poema. O gênero textual é um indicador importante, pois a produção e o trato de um artigo científico são diferentes dos de uma tirinha de jornal ou um horóscopo. (MARCUSCHI, 2008, p.243)

Portanto, ao ler os gêneros devemos lançar um olhar diferente sobre cada um deles conforme mencionado acima, pois cada um tem uma finalidade para o leitor e exige diferentes posturas por parte de quem está lendo. Da mesma forma, o professor enquanto mediador do ensino destes pode trabalhar de maneira diversificada com as inúmeras possibilidades que os gêneros podem nos oferecer. Entretanto, nem sempre esta prática é adotada.

De acordo com Marcuschi (2008), a escola ao trabalhar com os gêneros acaba privilegiando a compreensão textual em detrimento da produção de texto, o que implica numa grande falha, pois a prática de produção será sempre uma aliada na busca pelo conhecimento da língua e de seu funcionamento. Nada melhor para compreender um texto que produzir o mesmo.

Dentre as inúmeras vantagens que a produção textual proporciona ao aluno ao longo de sua formação, Marcuschi (2008) menciona algumas que podem surtir efeito no âmbito escolar. Algumas destas são: trabalhar problemas residuais da alfabetização, estudar os gêneros textuais, treinar a argumentação, trabalhar leitura e interpretação, dentre outras.

Como podemos perceber, o trabalho com escrita pode ser extremamente positivo, pois além de aprimorar a prática do aluno/escritor há uma série de benefícios em outros níveis da linguagem, seja no âmbito da morfologia, semântica, sintaxe, leitura e compreensão.

Diariamente, temos contato com diferentes gêneros textuais, que podem ser levados para a sala de aula, possibilitando uma maior compreensão bem como o treino destas modalidades. Isto pode ser feito através de leitura, comparação entre os mais variados textos e posteriormente, prática de escrita. É necessário que o aluno entenda que cada gênero possui uma característica peculiar que o torna diferente dos demais. A partir desta compreensão, os mecanismos de escrita passam a ser aprimorados, pois saber quais características prevalecem em gêneros diferentes e

ainda a quem se destina cada texto é uma grande ferramenta de aprimoramento textual.

Na realidade, o estudo dos gêneros textuais é uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais. Desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos de ver os gêneros como entidades dinâmicas. Mas é claro que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas. (MARCUSCHI, 2008, p.155, 156)

Conforme menciona Marcuschi (2008), o trabalho com gêneros textuais pode ser dinâmico e extremamente interessante, visto que perpassa a interdisciplinaridade e tende a reforçar aspectos linguísticos e sociais. O autor reforça que, entre os inúmeros gêneros que podem ser utilizados em sala de aula podemos citar telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante.

Os gêneros textuais, como já foi mencionado anteriormente, são os textos materializados, concretos. Entender que estes textos nos envolvem diariamente significa compreender que há objetivos específicos para a escrita, que em cada situação nos vemos atrelados a uma necessidade real de comunicação. Seja no contexto familiar, escolar, profissional, religioso, etc. Mais uma vez recorremos a Marcuschi que diz:

Talvez seja possível defender que boa parte de nossas atividades discursivas servem para atividades de controle social e cognitivo. Quando queremos exercer qualquer tipo de poder ou de influência, recorremos ao discurso. Ninguém fala só para exercitar as próprias cordas vocais ou os tímpanos alheios. Na realidade, o meio em que o ser humano vive e no qual se acha imerso é muito maior que seu ambiente físico e contorno imediato, já que está envolto também por sua história e pela sociedade que (o) criou e pelos seus discursos. A vivência cultural humana está sempre envolta em linguagem, e todos os nossos textos situam-se nessas vivências estabilizadas em gêneros. Nesse contexto, é central a ideia de que a língua é uma atividade sociointerativa de caráter cognitivo, sistemática e instauradora de ordens diversas na sociedade. O funcionamento de uma língua no dia-a-dia é, mais do que tudo, um processo de integração social. Claro que não é a língua que discrimina ou que age, mas nós que com ela agimos e produzimos sentidos. (MARCUSCHI, 2008, p.162,163)

A língua está intrinsecamente ligada à interação, aos relacionamentos e interesses próprios de cada ser humano. Portanto, ninguém fala ou escreve sem motivação alguma. As falas estão sempre norteadas por necessidades reais de cada falante ou escritor. Os gêneros entram nesse rol de possibilidades que cada indivíduo pode acionar no processo comunicativo. Seja num momento de doença (bula de remédio), entretenimento (histórias em quadrinhos), informação (reportagem) ou até mesmo com o intuito de ingressar em uma universidade (redação dissertativa).

2.7 Os elementos da textualidade

Antes de falarmos sobre a textualidade é importante consolidar o conceito de texto. Para Val (2006, p.03) é uma “ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal.” Portanto, falar em texto implica entender que o texto não se limita à escrita e que qualquer enunciado dotado de sentido pode ser considerado texto; isto se aplica também à oralidade, pois diariamente produzimos textos orais, sendo esta nossa maior forma de comunicação. Entretanto, o que nos interessa neste presente estudo são os textos escritos e sua materialidade especialmente a tipologia argumentativa e o gênero dissertativo.

A textualidade segundo Val (2006, p.05) diz respeito “ao conjunto de características que fazem com que um texto seja texto, e não apenas uma sequência de frases.” Portanto, desde que haja sentido no enunciado e compreensão do interlocutor podemos dizer que se trata de texto, independentemente do tamanho ou conteúdo. De acordo com Val (2006 apud BEAUGRANDE e DRESSLER, 1983) há sete fatores responsáveis pela textualidade: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e a intertextualidade.

Para Val (2006, p.05) a coerência “é considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do partilhar de conhecimento entre os interlocutores.” Portanto, a coerência é a base da textualidade, pois todos os mecanismos textuais tendem a afetar diretamente o texto no nível da coerência, que trabalha com o sentido. Acaso um texto não esteja coeso ou apresente problemas das mais variadas ordens, conseqüentemente o campo do sentido estará abalado, pois qualquer alteração na estrutura textual pode contribuir ou não para estabelecer coerência.

Ainda de acordo com Val (2006),

a coesão é a manifestação linguística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual. Responsável pela unidade formal do texto constrói-se através de mecanismos gramaticais e lexicais. (VAL, 2006, p.06)

Um texto coeso geralmente é um texto coerente, pois são os mecanismos de coesão textual tais como preposições, pronomes, conjunções, dentre outros que contribuem significativamente para a construção de sentido.

O terceiro fator da textualidade explanado por Val (2006) é a intencionalidade, sobre isso ela afirma:

A intencionalidade concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto. (VAL, 2006, p.20,21)

A intencionalidade, portanto, diz respeito à intenção do escritor em relação aos seus próprios escritos. Quem escreve pode ter várias intenções como bem mencionou Val (2006) seja persuadir, informar, pedir, etc. Ninguém escreve sem interesse algum. Haverá sempre uma motivação muito forte e interesses dos mais variados tipos para os diversos interlocutores do processo comunicativo.

Se a intencionalidade diz respeito ao locutor, a aceitabilidade é o outro lado do processo comunicativo e diz respeito especialmente ao interlocutor. Recorremos a Val (2006) quando diz que

“O outro lado da moeda é a aceitabilidade, que concerne à expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor”. (VAL, 2006, p.11).

Portanto, o receptor do texto também nutre expectativas em relação a este. Seja compreender algo, ajudar ou ser ajudado, receber informações ou até entreter e isto é claro, somente será possível se estes escritos estiverem coerentes e coesos.

Já a situacionalidade, de acordo com Val (2006, p.12) “diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação sociocomunicativa”. Sabemos que toda produção pode ser influenciada pelo contexto, por fatores externos ao texto sejam eles relacionados ao ambiente ou até mesmo ao receptor, em relação aos conhecimentos que o mesmo possui e que podem gerar diferentes efeitos na produção final.

O sexto requisito para a textualidade é a informatividade. Para compreendê-la, mais uma vez recorremos a Val (2006):

(...) diz respeito à medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. Ocorre que um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo recebedor, que não conseguirá processá-lo. Assim, o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade. (VAL, 2006, p.14)

Entendemos que a informatividade deve vir no texto de maneira equilibrada, conforme mencionou Val (2006) acima, porque um texto extremamente previsível pode gerar desinteresse por parte do leitor da mesma forma que um texto totalmente inusitado pode ser rejeitado em decorrência da dificuldade de compreensão. O ideal é que este texto se mantenha “num nível mediano” alternando o previsível com o inusitado.

O sétimo e último fator que perpassa a textualidade diz respeito à intertextualidade:

Inúmeros textos só fazem sentido quando entendidos em relação a outros textos, que funcionam como seu contexto. Isso é verdade tanto para a fala coloquial, em que se retomam conversas anteriores, quanto para os pronunciamentos políticos ou os noticiários dos jornais, que requerem o conhecimento de discursos e notícias já divulgadas, que são tomados como ponto de partida ou são respondidos. (VAL, 2006, p.15)

Ao tratarmos de textos, sabemos que nenhum texto é “puro”, ou seja, cada produção perpassa outras produções e outras visões. Isto é claro, pode enriquecer o texto de modo que haja várias vozes ecoando numa produção ou rebaixar o mesmo à mera reprodução do senso comum. Assim como na informatividade, o equilíbrio é indicado quando se trata da intertextualidade para que realmente haja um entrelaçamento com outros discursos e outros textos, mas não ao ponto de simplesmente reproduzir o senso comum.

2.8 Avaliando a Textualidade

Já discorreremos acima acerca de alguns fatores que compõem a Textualidade. Abordaremos agora a respeito dos critérios que são necessários para avaliar a textualidade. Maria da Graça Val (2006) aponta quatro fatores indispensáveis para avaliar a textualidade: continuidade, progressão, não-contradição e articulação.

Para compreendermos a continuidade recorreremos a Val (2006) quando diz:

A continuidade diz respeito à necessária retomada de elementos no decorrer do discurso. Tem a ver com sua unidade, pois um dos fatores que fazem com que se perceba um texto como um todo único é a permanência, em seu desenvolvimento, de elementos constantes. Uma sequência que trate a cada

passo de um assunto diferente certamente não será aceita como um texto.
(VAL, 2006, p.21)

A continuidade, portanto, pode ser avaliada tanto no campo da coesão através do emprego correto de recursos linguísticos, quanto no campo da coerência, através da retomada de conceitos e ideias. Através desta percepção poderemos avaliar a continuidade de um texto, como bem afirma Val (2006).

A progressão é outro aspecto que pode ser avaliado em um texto. Apoiamo-nos em Val (2006) quando afirma que “no plano da coerência, percebe-se a progressão pela soma de ideias novas às quais já vinham sendo tratadas. No plano da coesão, a língua dispõe de mecanismos especiais para manifestar as relações entre o dado e o novo.” (VAL, 2006, p.23). Portanto, a progressão também pode ser avaliada nos campos da coesão e coerência visto que pode trazer sempre ideias novas e articulá-las através dos mais diversos mecanismos estruturais.

Já em relação à não-contradição, Val (2006) traz a seguinte contribuição:

A exigência de não-contradição se aplica não só ao plano conceitual (da coerência), mas também ao plano da expressão (coesão). Por exemplo, através do emprego dos tempos e aspectos verbais, o texto instaura um sistema próprio de situação dos fatos a que alude, tomando por referência o momento da comunicação ou um momento determinado pelo texto mesmo.
(VAL, 2006, p.25)

Entendemos que um texto pode se contradizer de algumas maneiras, uma delas segundo Val (2006) é a contradição léxico-semântica em que o escritor utiliza uma palavra que não condiz com aquilo que ele realmente pretendia dizer.

Outra forma de contradizer um texto seria a incompatibilidade em relação ao próprio mundo do texto ou no que diz respeito ao mundo exterior. Ambos se relacionam ao valor de verdade que a autora menciona. Não podemos afirmar algo e ao mesmo tempo negar a mesma coisa. Isto compromete grandemente a produção, gerando a contradição. Já a não-contradição que Val (2006) menciona no decorrer de seu trabalho, diz respeito a clareza, ou seja, ao contrário da contradição.

O quarto e último aspecto para avaliar a textualidade é a articulação, “a maneira como os fatos e conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros, que valores assumem uns em relação aos outros.” (VAL, 2006, p.27)

De acordo com Val (2006), avaliar a articulação de um texto, significa verificar se as ideias têm a ver umas com as outras, que tipo de relação estabelece entre si. Compreendemos que o texto precisa ser articulado no que diz respeito ao

encadeamento de parágrafos, dando uma unidade à produção e ainda no que diz respeito aos aspectos internos do texto.

Para sintetizar as ideias aqui explícitas em relação à textualidade, mais uma vez recorremos a Val (2006):

Avaliar a coerência de um texto denotativo, escrito e formal, será verificar se, no plano lógico-semântico-cognitivo, ele tem continuidade e progressão, não se contradiz nem contradiz o mundo a que se refere e apresenta os fatos e conceitos a que alude relacionados de acordo com as relações geralmente reconhecidas entre eles no mundo referido no texto. Avaliar a coesão será verificar se os mecanismos linguísticos utilizados no texto servem à manifestação da continuidade, da progressão, da não-contradição e da articulação. (VAL, 2006, p.29)

Portanto, mais uma vez nos apoiamos em Val (2006) quando diz que a coerência é fundamental para que haja textualidade e da mesma forma, a coesão apresenta um grau elevado de importância, visto que um texto bem estruturado e que conta com o bom uso dos mecanismos coesivos, só tende a fortalecer a coerência e contribuir para que todos os fatores responsáveis pela textualidade possam ser plenamente identificados dentro do texto. Ambos são peça chave para o processo de produção. Da mesma forma, os quatro elementos que nos possibilitam avaliar a textualidade (progressão, articulação, não-contradição e continuidade) e sobre eles foram explanados, estes também têm intrínseca relação com a coerência e a coesão sendo que não é possível haver textualidade se, em contrapartida, não houver coesão e coerência.

Sem dúvida, é por meio do trabalho reflexivo com a língua materna que pode-se alcançar o letramento, que vai de encontro às concepções tradicionalistas de ensino da língua, visto que ultrapassa os limites da alfabetização e da mera reprodução sistematizada de regras. Sobretudo, o objetivo deve ser oferecer “condições para o desenvolvimento cada vez mais intenso e extenso das habilidades de escrita e leitura.” (BAGNO, 2002, p. 53).

Em conformidade com os pesquisadores, acreditamos que as práticas de leitura e escrita podem propiciar condições de letramento, que são imprescindíveis para tornar o aluno consciente do seu papel no contexto social e enquanto escritor.

3 ANÁLISE DOS DADOS

O *corpus* da pesquisa é o que trouxemos nesta seção. Ele se constitui de produções textuais de alunos do Ensino Médio. Dividimos essa seção em três momentos, que correspondem respectivamente às séries dos discentes que terão suas redações analisadas. Utilizamos o referencial teórico proposto na seção II desta dissertação.

Em relação à metodologia adotada, ressaltamos que os alunos não são identificados pelos nomes. A identificação foi feita através de letras. Os textos foram transcritos da maneira em que foram escritos pelos alunos. Transcrevemos todo o parágrafo em que foi identificada a ambiguidade, com exceção dos alunos B e G, que tiveram todo o texto transcrito em virtude de algumas observações que serão feitas em mais de um parágrafo.

Apresentamos ao todo, doze textos, sendo quatro de cada série, um de cada bimestre e com temas diferentes. Dentre esses, os alunos A e I, tiveram dois textos analisados, sendo temáticas e bimestres diferenciados. Para melhor compreensão do trabalho desenvolvido, elaboramos três quadros sinóticos, um de cada série, contemplando as temáticas, metodologia adotada pelos professores e os bimestres em que estes foram produzidos.

3.1 A primeira série do Ensino Médio

Figura 5: Produção textual da 1ª série.

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
<p>Produção de texto do tipo narrativo e gênero autobiográfico.</p> <p>Metodologia: foi sugerido que os alunos falassem sobre suas expectativas para o ano letivo, profissão dos pais, habilidades com leitura e escrita, dentre outras peculiaridades sobre eles.</p>	<p>Produção de texto dissertativo-argumentativo.</p> <p>Tema: Reciclagem</p> <p>Metodologia: solicitação de leitura prévia a respeito do tema. Não foi utilizado texto motivador.</p>	<p>Produção de texto dissertativo-argumentativo.</p> <p>Tema: Liberdade de expressão.</p> <p>Metodologia: solicitação de leitura prévia a respeito do tema. Não foi utilizado texto motivador.</p>	<p>Leitura livre.</p> <p>Metodologia: A partir da leitura, os alunos responderam a duas questões discursivas.</p>

Texto 1

Aluno A - *Escolhi estudar no João Bento porque é uma ótima escola e é a melhor do estado e tem um bom nível de escolaridade. Não sou de ler muito mas às vezes leio um texto ou livro de escrever não muito pois cansa muito a mão.*

O excerto acima trata de um texto autobiográfico. Podemos observar na segunda linha, que o aluno diz que a escola tem um bom nível de escolaridade, sem intenção o aluno acaba personificando a escola, quando diz que esta tem um bom nível de escolaridade, quando na verdade, utilizamos esta expressão para nos referir a pessoas. Mais adiante, a falta de pontuação bem como a má estruturação sintática são responsáveis pela ambiguidade do trecho. Quando ele diz *às vezes leio um texto ou livro de escrever não muito pois cansa a mão*, a primeira impressão que dá, é que ele lê um livro de escrever; ou seja, o tipo de livro lido é para escrever; mais adiante é que percebemos que na verdade ele quis dizer que de escrever não gosta muito, pois cansa a mão. Em todo o fragmento notamos que não há a utilização de vírgulas o que compromete a clareza do texto.

De acordo com Cançado (2005), a ambiguidade sintática é gerada devido as diferentes possibilidades de reorganizar as sentenças. No caso do texto acima, tanto a falta de pontuação quanto a maneira em que o texto foi organizado, contribuem para que ela ocorra.

Como já foi mencionado anteriormente, a informatividade é um dos requisitos para a textualidade. De acordo com Val (2006, p.14), “o texto tem que apresentar todas as informações necessárias para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende.” O fragmento de texto do Aluno A, demonstra escassez de informatividade, pois, quando ele diz *livro de escrever não muito*, acaba induzindo involuntariamente o leitor à ideia de que ele se refere a um livro de escrever, quando na verdade o aluno quis dizer que não gosta muito de escrever. Portanto, esse texto não fornece condições adequadas de compreensão para que o leitor entenda de fato qual foi o objetivo do locutor.

Texto 2

Aluno A - *A reciclagem faz parte do nosso dia a dia, ela é muito importante porque assim diminui a quantidade de lixo produzido pelo homem que a cada dia está aumentando. O lixo que é jogado pelo homem nas ruas pode ser reciclável, mas ele não entende o que é reciclar.*

O fragmento acima apresenta a ambiguidade semântica. Segundo Cançado (2005), esse tipo de ambiguidade está relacionado à correferencialidade. Ou seja, está ligada ao pronome relativo *que*, por não deixar claro se o referente é *lixo* ou *homem*.

O que vem aumentando a cada dia? O lixo ou o homem? Neste caso é impossível que o texto não assuma um cunho humorístico.

De acordo com Val (2006), a continuidade é um dos critérios para análise da coerência e da coesão. Para a autora, a continuidade tem a ver com a retomada adequada de alguns elementos, para que haja unidade no texto. Um caso comum de problema coesivo ocorre quando “o emprego do pronome anafórico cria ambiguidade, porque há mais de um termo que pode lhe servir de antecedente.” (VAL, 2006, p.22). Portanto, o pronome *que*, responsável pela anáfora, acabou gerando ambiguidade, havendo duas possibilidades de termos referentes: *lixo* e *homem*

É importante frisar que os textos 1 e 2 são de autoria do mesmo aluno. Tanto o texto do primeiro quanto o do segundo bimestre, apresentam situações de ambiguidade, sendo cada um deles um tipo diferente. No texto do primeiro bimestre, notamos a ambiguidade sintática, já no segundo bimestre, ocorre a ambiguidade semântica.

Texto 3

Aluno B - *A liberdade de expressão é um gesto em que todos nós temos em si mesmo, entretanto muitas das pessoas criticam essa liberdade que queremos ter, a liberdade de expressão não é muito reconhecida no Brasil pelo fato de que as pessoas querem usar para praticar outro tipo de liberdade em que o governo se sente ofendido com a expressão que as pessoas tem, em pichar as paredes das casas, muros das escolas entre outras liberdade.*

Mas a liberdade de expressão tem que ser vista de um modo em que não ofenda as pessoas, o “governo” com sua ofensa, eles mandam prender as pessoas por não saber lidar com a liberdade de expressão. As pessoas se sente com mas liberdade em si por não se sentirem presas num só lugar.

Transcrevemos o texto acima na íntegra pelo fato de ser um caso típico de falácias de ambiguidade, em que é necessário observar o texto como um todo e fazer alguns apontamentos a respeito. De acordo com Val (2006), a não-contradição é um critério para que haja textualidade. A autora afirma:

Para ser internamente coerente, o texto precisa, em primeiro lugar, respeitar princípios lógicos elementares. Não pode, por exemplo, afirmar A e o contrário de A. Suas ocorrências não podem se contradizer, têm que ser compatíveis entre si, não só no que trazem explícito como também no que delas se pode concluir por pressuposição ou inferência. (VAL, 2006, p.25)

Diante do exposto, podemos perceber que o texto 3 apresenta uma série de contradições. O autor começa dizendo que a liberdade de expressão é um gesto de todos, provavelmente nesse caso a intenção fosse dizer que a liberdade de expressão é um direito de todos. Mais adiante ele afirma que muitas pessoas criticam a liberdade que queremos ter e acrescenta que o governo se sente ofendido com a liberdade que as pessoas “tem” (ele utiliza o singular) em pichar casas e muros das escolas. O

conceito de liberdade de expressão acaba sendo confundido com o vandalismo das pichações. O fato de haver liberdade para se expressar não inclui o direito de pichar.

Já no segundo parágrafo, o autor diz que a liberdade deve ser vista de modo que não ofenda as pessoas e novamente relata que o governo se sente ofendido com a liberdade das pessoas e por isso manda prendê-las por não saber lidar com a liberdade de expressão. Não fica claro quem não sabe lidar com a liberdade, se é o governo ou as pessoas. Uma série de contradições podemos notar nesta produção e a maioria delas ocasionadas pelas falácias de ambiguidade, que são as falsas verdades ou conceitos deturpados a respeito de algo. Neste caso em especial, as falácias são ocasionadas por falta de clareza, o que gera contradições e duplicidade de sentido.

O equívoco é um tipo de falácia, podemos notar equívoco no texto deste aluno quando associa a liberdade de expressão ao direito de pichação, quando cita que a liberdade de expressão não pode ofender as pessoas e ainda quando diz que o governo prende porque se sente ofendido. Ou seja, noções totalmente deturpadas a respeito do tema proposto. É importante salientar que esse tipo de falácia não é em geral, apresentada nas aulas de Língua Portuguesa.

De acordo com Aranha e Martins (1993), as falácias de equívoco, ocorrem quando os conceitos não são suficientemente esclarecidos ou são empregados com sentidos diferentes da argumentação.

Texto 4

Aluno C - O livro aborda como tema um romance de jovens chamados de Capitu e Bento que se conheciam desde criança quando eram vizinhos e eram apaixonados um pelo outro, mais o Bento tinha o sonho de ser padre e quando se apaixonou por Capitu teve **que escolher entre ser padre e Capitu**, o livro também tem um mistério, muito depois eles tem um filho que se parece muito com o amigo de Bento aí fica um mistério se Capitu traiu ou não traiu o Bento mais no fim ele escolhe no quer acreditar e segue seu sonho.

Novamente nos deparamos com a ambiguidade sintática, a qual se deve a problemas na estruturação do texto. No fragmento acima ocasionou inclusive, o humor que é algo comum nesses casos. A dúvida é: o Bento teve que escolher entre ser padre ou entre ser Capitu? Portanto,

toda vez que se tratar de uma ambiguidade sintática, conseguimos mostrar as possibilidades de interpretação da sentença, apenas alternando a posição das expressões envolvidas na ambiguidade; o que não acontece com outros tipos de ambiguidade. (CANÇADO, 2005, p.70)

Nesse caso, a ambiguidade poderia ter sido desfeita com o simples acréscimo de um verbo, por exemplo, o verbo *casar* e também a substituição da conjunção

coordenativa aditiva e pela conjunção coordenativa alternativa *ou*, que representaria melhor a ideia de alternância intencionada pelo escritor.

O fragmento poderia ser reescrito da seguinte maneira: Bento tinha o sonho de ser padre e quando se apaixonou por Capitu teve que escolher entre ser padre ou casar com Capitu.

Há um problema de articulação no texto 4. Para Val (2006), “avaliar a articulação das ideias de um texto, significa verificar se elas têm a ver umas com as outras e que tipo específico de relação se estabelece entre elas.” (VAL, 2006, p.27) A escolha adequada do léxico e a apropriada estruturação das orações contribuem significativamente para que haja articulação e, conseqüentemente, não ocorra problemas de ambigüidade.

3.2 A segunda série do Ensino Médio

Figura 6: Produção textual da 2ª série.

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestres	4º Bimestre
Produção de texto dissertativo argumentativo. Tema: Crise hídrica. Metodologia: Houve utilização de texto motivador.	Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: Redução da maioridade penal. Metodologia: Houve utilização de texto motivador.	Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: Crescimento da população idosa no Brasil e as conseqüências para a sociedade. Metodologia: Houve utilização de texto motivador.	Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: A homossexualidade nos dias atuais: direitos civis versus preconceitos da sociedade. Metodologia: Houve utilização de texto motivador.

Texto 5

Aluna D - *As mudanças climáticas trás consigo o aquecimento global que gera grandes quantidades de chuvas em certas regiões e o desprovento em outras, **ocorrendo a seca, que é necessária para enxergar a gravidade das conseqüências dos fatores citados.***

O tema proposto foi Crise hídrica, e a aluna diz que “a seca é necessária para enxergar a gravidade das conseqüências”. Temos mais um caso de falácia causada pelo equívoco. A aluna começa dizendo que as mudanças climáticas trazem o aquecimento global e este gera muita chuva em algumas regiões e ausência em outras. Essa sequência de afirmações culmina com a última sobre a necessidade da seca. Uma interpretação que podemos ter através desta falácia de equívoco é que as

peessoas merecem passar pela seca e que isso ajudará a resolver o problema. Portanto, a contradição, que leva à falta de clareza tanto pode ocasionar a ambiguidade quanto a falácia.

Vimos em Aranha e Martins (1993) que as falácias de equívoco muitas vezes cooperam para que haja contradição no texto. “Tal contradição resulta do desconhecimento, por parte do usuário, do vocábulo a que recorreu.” (VAL, 2006, p.26). As palavras *necessárias* e *enxergar* utilizadas pela aluna no texto 5, fazem com que o texto seja contraditório e refletem um sentido não pretendido.

Texto 6

Aluna E - *Existem vários fatores que não contribuem para a redução como: **a falta de educação pública**, a precariedade do sistema carcerário, a falta de oportunidade que o governo deveria conceder a esses jovens e dentre outros motivos.*

Quando o fenômeno é identificado em apenas uma palavra, há o caso de ambiguidade lexical, que, segundo CANÇADO (2005) pode ocorrer através da homonímia ou da polissemia. No fragmento “a falta de educação pública”, ela incide sobre o vocábulo *pública*, gerando ambiguidade lexical do tipo polissêmica pois, através da palavra *pública* podemos entender que se refere à educação das pessoas, da comunidade em geral. E a outra leitura que podemos fazer é da educação referindo-se ao sistema educacional público.

De acordo com Val (2006),

um texto com baixo poder informativo, que não fornece os elementos indispensáveis a uma interpretação livre de ambiguidades, ou que se limita a repetir coisas que nada somam à expressão do recebedor, tem como efeito desorientá-lo, ou simplesmente não alcançar sua atenção. Tende a ser rejeitado. (VAL, 2006, p.33)

Portanto, a interpretação para o vocábulo *pública*, dependerá do leitor do excerto e do esforço que o mesmo terá que fazer para que haja compreensão. Podendo haver duas possibilidades de leitura, conforme dito anteriormente.

Texto 7

Aluna F - *O Brasil cada vez mais desenvolvido tem ajudado na evolução da medicina, fazendo assim com que os idosos tenham uma maior expectativa de vida. Além disso **a queda da taxa de natalidade é outro fator que favorece o envelhecimento do nosso país.***

Neste fragmento podemos identificar ambiguidade causada pela preposição no trecho “envelhecimento do nosso país”. País é uma palavra abstrata e a aluna pretendia dizer que as pessoas estão envelhecendo. Cançado (2005) diz que sentenças que envolvem ambiguidade com preposições são exemplos de

ambiguidade lexical, pois dependendo da colocação a preposição gera a duplicidade de sentido, portanto, afeta a articulação do texto.

De acordo com Val (2006), a articulação refere-se à maneira como os fatos e “conceitos apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros, que valores assumem uns em relação aos outros”. (VAL, 2006, p. 27)

Outra resolução para a eliminação da ambiguidade, poderia ser a substituição do vocábulo *país* pelo vocábulo *pessoas*. Visto que o que se pretendia dizer é que as pessoas estão envelhecendo e não o país. Desta maneira, não haveria prejuízo com utilização da preposição *do*.

Texto 8

Aluna G - A homossexualidade o arco-Íris

*A homossexualidade é dois homens que se encantam um com o outro, **e não tem vergonha de se expressar para a humanidade.***

*Esses homossexuais precisam de direitos na sociedade, **só porque são homossexuais não podem se casar**, isto é um direito deles, eles escolheram viver assim, eles escolheram ter essa vida homossexual.*

***Já tem muitos direitos homossexual, mais os homossexuais buscam mais direitos para a vida deles**, o casamento homossexual já pode acontecer, que foi criada a lei que aprova o casamento homossexual.*

Tem muitas pessoas na sociedade que são preconceituosas, que não aprovam o casamento homossexual, eles acham isso uma imoralidade para a sociedade, e por causa disso batem nos homossexuais.

*Isso não pode acontecer porque, **cada pessoa tem o direito de viver do jeito que quiser por isso o casamento homossexual foi aprovado.***

Transcrevemos todo o texto desta aluna para demonstrar as contradições geradas devido às falácias de equívoco, explanadas por Aranha e Martins (1993), estas algumas vezes também deixam subentendido o preconceito.

O título com ausência de pontuação não deixa claro se a intenção é fazer uma pergunta, uma afirmação ou comparação entre a homossexualidade e o arco-íris. No primeiro parágrafo a aluna afirma que a homossexualidade ocorre quando “dois homens não tem (no singular) vergonha de se expressar para a humanidade.” A falácia neste caso deixa implícito um preconceito pois, talvez na visão da aluna os homossexuais devessem ter vergonha de se expressar para a humanidade.

No segundo parágrafo provavelmente a aluna tivesse a intenção de fazer uma pergunta, mas acaba fazendo uma afirmação.

No terceiro parágrafo a falácia de equívoco deixa claro mais uma vez um preconceito imbuído, pois a aluna começa dizendo que o homossexual já tem muitos direitos e buscam por mais direitos. Ou seja, para ela, os direitos que eles têm já são suficientes, mas ela prossegue dizendo que eles realmente têm direito.

Por fim, a aluna afirma que cada um tem o direito de viver como quiser e devido a isso o casamento homossexual foi aprovado. A expressão “viver como quiser” além de dar um tom de liberdade, emana uma reprovação. Portanto, quando verificamos as falácias de ambiguidade, podemos notar que elas se dão de maneira muito sutil, geralmente não são percebidas de imediato pelo leitor.

Além da contradição, que se observa no decorrer do texto, gerada pela falácia de equívoco, cabe ressaltar que a progressão do texto foi comprometida. Concordamos com Val (2006) quando diz:

O texto deve retomar seus elementos conceituais e formais, mas não pode se limitar a essa repetição. É preciso que apresente novas informações a propósito dos elementos retomados. São esses acréscimos semânticos que fazem o sentido do texto progredir e que, afinal, o justificam. (VAL, 2006, p.23)

Percebemos claramente que não existe progressão no texto da Aluna A, pois não há soma de ideias novas. O texto incide apenas sobre os direitos dos homossexuais, direito que os mesmos têm de viver como desejam e preconceito da sociedade.

3.3 A terceira série do Ensino Médio

Figura 7: Produção textual da 3ª série.

1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: Há limites para a liberdade de expressão? Metodologia: Utilização de texto motivador.	Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: Na sua opinião, o que é amizade nos dias de hoje? Metodologia: Utilização de texto motivador.	Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: Participação política-indispensável ou superada? Metodologia: Utilização de texto motivador.	Produção de texto dissertativo-argumentativo. Tema: A internação compulsória dos usuários dependentes de crack. Metodologia: Utilização de texto motivador.

Texto 9

Aluna H - *Porém muitas vezes somos julgados pela nossa sociedade **pelo nosso modo de ser, modo de expressão, e até mesmo pelo modo de agir.***

Esse é um caso típico de ambiguidade gerada pela preposição. Nessa situação a preposição *pelo* traz a duplicidade de sentido. Provavelmente a ideia do locutor seria dizer que somos julgados pela sociedade devido ao nosso modo de ser, expressar e agir. Porém, do jeito que foi construída a sentença, a outra interpretação que podemos

fazer desse excerto é que além de a sociedade nos julgar, somos julgados também pelo nosso modo de ser, modo de expressão e modo de agir, acarretando aí uma personificação dos termos citados.

De acordo com Cançado (2005) a ambiguidade gerada pela preposição pode ser classificada como ambiguidade lexical, pois a duplicidade incide somente na preposição.

Já vimos em outros exemplos que o uso inadequado da preposição pode acarretar comprometimento na articulação do texto. No texto 9 isso também ocorre visto que a preposição *pelo* induz à ambiguidade. Recorremos a Val (2006) que afirma:

É inegável a utilidade dos mecanismos de coesão como fatores da eficiência do discurso. Além de tornar a superfície textual estável e econômica, na medida em que fornecem possibilidades variadas de se promover a continuidade e a progressão do texto, também permitem a explicitação de relações que, implícitas, poderiam ser de difícil interpretação, sobretudo na escrita. (VAL, 2006, p. 09)

Portanto, a escolha adequada dos conectivos reflete diretamente na coesão textual, pois os mesmos têm o papel de estabelecer conexões com o texto e ainda desfazer possíveis ambiguidades. Por outro lado, determinados conectivos podem ser geradores de duplicidade de sentido quando não utilizados adequadamente como percebemos no texto 9.

Texto 10

Aluna I - As nossas crianças de hoje precisam ver os dois lados da nossa política, pois no futuro elas poderão estar à frente do nosso poder, elas que farão a diferença no nosso país.

A ambiguidade semântica, desta vez é gerada pelo pronome possessivo *nosso*. Quando a aluna diz que no futuro elas poderão estar *à frente do nosso poder* o pronome *elas* refere-se às crianças. Já a inserção do pronome possessivo *nosso*, referindo-se ao poder, podemos entender que esse poder é o poder político, seria estar à frente da nação, algo mais universal. Ou ainda algo mais restrito, o *nosso* poderia estar ligado ao poder de um pequeno grupo, no qual o locutor se inclui. “Esse tipo de ambiguidade é gerada pelo fato de os pronomes poderem ter diversos antecedentes.” (CANÇADO, 2005, p.72)

Para Val (2006, p. 24), “o texto que não deixa claro, a cada passo, de que está tratando pode levar o receptor a um processamento indevido, que, na melhor das hipóteses, precisará ser refeito.” Como podemos verificar, o possessivo *nosso*, não deixa explícito a quem se refere, acarretando dúvidas no interlocutor.

Texto 11

Aluna J - Os usuários que buscam ajuda devem ser recebidos, pois a internação voluntária é uma boa forma de tratamento. Mas ainda melhor que tratar é prevenir. Por isso é necessário que haja uma campanha incessante de conscientização que seja acessível a todos os cidadãos a fim de que, *cada vez menos, as pessoas caiam nas armadilhas das drogas.*

Na primeira linha a aluna diz que “os usuários que buscam ajuda devem ser recebidos”, ela exclui a possibilidade de tratamento para aqueles que não buscam ajuda, mas necessitam de atendimento.

Portanto, nesse contexto, outros fatores poderiam ser analisados, tais como a saúde mental do dependente químico, a saúde física e a necessidade de encarar a dependência química como um problema de saúde pública. De acordo com Aranha e Martins (1993), as falácias de equívoco podem ser ocasionadas também por falta de clareza. Nesse excerto não fica claro se, quem deve receber ajuda deve ser apenas os usuários que buscam ajuda, ou se outros que não se encaixam neste perfil, também podem pedir ajuda.

Já ao final do parágrafo, a aluna diz que é importante uma campanha de conscientização para que cada vez menos, as pessoas caiam nas armadilhas das drogas. Esse excerto é facilmente compreendido por um falante da língua materna, pois resulta de dito popular. Porém, se este mesmo trecho fosse lido por um falante de outra língua e que não possui o perfeito domínio do nosso código, poderia induzir a uma dupla interpretação. De acordo com Val (2006, p.30), “todo discurso se não for imediatamente coerente e coeso, deve, pelo menos, ter o sentido facilmente recobrável por qualquer receptor.” Vimos que o texto 11 além de apresentar a falácia de equívoco, que incide sobre a expressão *os usuários que buscam atendimento* apresenta duplicidade na expressão *cair nas armadilhas das drogas*. Portanto, o sentido não é facilmente recobrável como sugere Val (2006).

Texto 12

Aluna I - Portanto, amizade é algo que dura a vida inteira mesmo com brigas e discórdia, isso que muitos chamam de “amizade” não é amizade, pessoas se tornam amigas por causa de defeitos e qualidades da outra e não por interesse, pois *amigo de verdade não abandona o outro quando ele se dá mal.*

A presença da ambiguidade é recorrente nos textos da aluna I. A duplicidade de sentido na escrita aparece na produção textual do segundo bimestre e mais adiante, na do quarto bimestre. Inferimos que essa aluna não conseguiu ainda percebê-la ao escrever, o que a leva a não fazer a desambiguação.

A ambiguidade semântica é muito comum em produções de textos e ocorre quando há problemas de correferencialidade, deste modo compromete a clareza do texto, pois não se sabe ao certo qual é o referente (Cançado, 2005).

Neste fragmento, quando é dito que *amigo de verdade não abandona o outro quando ele se dá mal*, não sabemos quem é *ele* e a qual dos dois amigos o texto se refere, desse modo, houve uma falha na indicação do referente.

De acordo com Val (2006), o emprego adequado de recursos coesivos é responsável pela *continuidade* do texto, sendo este fator indispensável para a textualidade. Como vimos, o pronome *ele* utilizado no excerto acima compromete a continuidade e consequentemente, gera duplicidade de sentido, devido a não especificação do referente.

Podemos observar que os textos analisados apresentam não somente problemas do fenômeno semântico em estudo. Ao lê-los na íntegra, (estão nos anexos) constatamos vários problemas que demonstram a dificuldade que os alunos do Ensino Médio ainda possuem quando escrevem.

Essa constatação nos leva a insistir na educação linguística de qualidade, perpassando por um letramento contínuo, direcionado para a vida do aluno, como afirma Soares (2005, p. 15)". O letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade".

Na perspectiva de MOKVA (2014, p.128), todas as ações de letramento são ligadas a práticas sociais e ao contexto e incluem relações de poder. Portanto, as práticas de leitura e escrita "são dependentes da nossa identidade e história de vida, das atividades cotidianas dos grupos sociais aos quais pertencemos, bem como dos conhecimentos adquiridos e assimilados."

Dessa forma, a prática da leitura, atividades orais, atividades de escrita com a análise linguística dos textos produzidos, consistem no letramento presente nas aulas. E para isso é indispensável que o professor seja esse mediador, como ressalva MOKVA (2014),

Quanto mais professores propiciarem práticas sociais de leitura e escrita, mais vivência com eventos de letramento os alunos terão e, consequentemente, domínio dos diferentes gêneros discursivos e uso efetivo de uma língua em funcionamento. Os professores, diante desta premissa, transferem a preocupação de cumprir o conteúdo programático ou de ensinar uma metalinguagem para a necessidade de construir, conjuntamente com os alunos, os conhecimentos, na posição de agentes de letramentos. (MOKVA, 2014, p.128)

As constantes práticas de leitura e escrita possibilitarão o domínio dos diversos gêneros discursivos e conseqüentemente, propiciarão ao aluno a vivência com eventos de letramento, proporcionando-lhe discernimento para escolher entre as várias opções que a língua lhe oferece, em se tratando de produção textual escrita e/ou oral. Não somente escolhas linguísticas, mas na sua própria vida.

Nesse sentido, LOURA (2010) assevera que

Uma verdadeira educação linguística preocupa-se em tornar o aluno sujeito da sua história e não um mero classificador de sujeitos da análise sintática. Essa educação linguística, além disso, deveria ser acessível a todos na sociedade, pois ela se inicia na família e se estende pelos outros grupos sociais dos quais o falante fará parte durante o percurso da sua vida, inclusive e, principalmente, a escola. (LOURA, 2010, p.328)

Na escola, assim como na família e em todos os grupos sociais a que o aluno pertence ou dos quais participa eventualmente, ele usa a fala e/ou a escrita para se comunicar. Dessa forma, a educação linguística tem que ser com vida e para a vida. Com objetivo de contribuir para que se torne um leitor e produtor de textos diversos. E que na leitura e na escrita todos os educandos possam não se deixar submergir pelas ambiguidades falaciosas da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, propusemo-nos a analisar textos escolares de alunos do Ensino Médio de uma escola pública de Porto Velho. Nosso objetivo foi verificar a incidência de ambiguidade nos textos dos alunos e em que medida ela compromete o sentido.

Este estudo foi dividido em três seções. Na primeira seção, fizemos uma abordagem sobre a escola, corpo docente, sistema avaliativo e metodologia da nossa pesquisa. A segunda seção, trouxe nosso referencial teórico, dando maior enfoque especialmente a Semântica e a Linguística Textual. Já na terceira seção, apresentamos o corpus do nosso trabalho que se constitui de doze produções textuais das três séries do Ensino Médio e em cada um dos quatro bimestres do ano letivo de 2015.

Cabe ressaltar, que obtivemos grande colaboração por parte dos três professores de Língua Portuguesa das turmas, que nos forneceram as produções escritas dos discentes bem como os textos de apoio e informações metodológicas.

Na primeira série, selecionamos dois textos com incidência de ambiguidade sintática, um de ambiguidade semântica e um com falácia de equívoco. Na segunda série, verificamos dois textos com ambiguidade lexical e dois com falácia de equívoco. Já na terceira série, duas produções com ambiguidade semântica, uma com lexical e uma com falácia de equívoco. Como pudemos perceber, a ambiguidade é um fenômeno recorrente nas três séries e em todos os bimestres, havendo a predominância das falácias.

Em nossa análise, verificamos que a ambiguidade compromete consideravelmente o sentido dos textos acarretando inúmeros problemas de construção e afetando especialmente a coerência e a coesão textual, que são elementos essenciais para a textualidade.

Por isso, entendemos que é necessário oportunizar aos alunos um contato mais abrangente com os fenômenos semânticos, indicando sobretudo, os prejuízos que os mesmos podem ter, especialmente no que se refere à ambiguidade em produções escritas, quando não são objetivados pelo autor. Propor exercícios de desambiguação e investir maciçamente em leitura e produção de textos, podem ser algumas possibilidades para minimizar tais problemas nos textos escolares.

Entretanto, compreendemos que não há uma fórmula para solucionar questões textuais, mas podemos percorrer alguns caminhos que levem ao letramento, de forma

que possamos contribuir para que os alunos aprimorem sua competência linguística e do seu papel na sociedade.

Por fim, ressaltamos a necessidade de uma educação linguística que leve ao exercício constante da cidadania. Palavra que pode parecer desgastada, mas que não podemos deixar cair em desuso.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando. Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993
- BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna. Letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002
- BARBISAN, Leci Borges. **Semântica Argumentativa**. In: FERRAZI JÚNIOR, Celso; BASSO Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BASSO, Renato. **Semântica Formal**. In: FERRAZI JÚNIOR, Celso; BASSO Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.
- BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1998.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. **Redação em Construção. A Escrita do Texto**. São Paulo: Moderna, 2001.
- CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. Campinas: Unicamp, 2008.
- FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Introdução à Semântica de Contextos e Cenários**. Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- FERRAREZI JÚNIOR, Celso; BASSO, Renato (Org.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FIORIN, José Luiz. **Pragmática**. In: FIORIN, José Luiz (Org.) **Introdução à Linguística. II Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2012.
- GARCIA, Afrânio da Silva. **Estudos Universitários em Semântica**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2011.
- ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica. Brincando com a Gramática**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LOURA, Maria do Socorro Dias. **Regência Verbal: entre a norma da escola e o uso pelo aluno**. In: BISPO, Sheila da Costa Mota; ISHII, Raquel Alves;
- NASCIMENTO, Francemilda Lopes do. (Orgs.) **Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental**. Rio Branco: Edufac, 2010.
- KATZ, Jerrold J. **O escopo da Semântica**. In: DASCAL, Marcelo. **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. Campinas: Unicamp, 1982.
- KEMPSON, Ruth M. **Teoria Semântica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística. Uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à Semântica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

MOKVA, Ana Maria Dal Zott. **Conhecimentos Semânticos: Alicerces na construção de letramentos no universo acadêmico**. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete (Orgs.). **Semântica e Estilística: Dimensões atuais do significado e do estilo. Homenagem a Nilce Sant'anna Martins**. Campinas: Pontes Editore, 2014.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação. Uma introdução a questões de semântica e pragmática e contexto**. Florianópolis: Insular, 2013.

MULLER, Ana Lúcia de Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. **Semântica Formal**. In: FIORIN, José Luiz (Org.) **Introdução à Linguística. II Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de Semântica**. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica Formal: uma breve introdução**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

PIETROFORTE, Antônio Vicente; LOPES, Ivã Carlos. **A Semântica Lexical**. In: FIORIN, José Luiz (Org.) **Introdução à Linguística. II Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR JOÃO BENTO DA COSTA, Porto Velho: 2015.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na cibercultura**. Campinas: 2002. Disponível em: <http://www.faccamp.br/letramento/GERAIS/novas_prAticas.pdf> Último acesso em: 17 junho 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2005.

ULLMANN, Stephen. **Semantica: Introduccion a la ciencia del significado**. Madrid: Aguilar, 1970.

VAL, Maria da Costa. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. **Semântica Lexical**. In: FERRAREZI JÚNIOR, Celso; BASSO Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013.

ANEXOS

ANEXO A - 1ª Série/ 1º Bimestre - Produção textual

Autobiografia

Meu nome é Reman Lopes tenho 15 anos e estudei na Escola Marcelina Marcelle Cândia BR, e estou fazendo o 1º ano do ensino médio no João Bento, meu pai trabalha plantando grama sintética e minha mãe não está trabalhando, mas ela continua na expectativa de conseguir um emprego.

Quero ter boas notas no meu boletim passar de ano e quando fazer o ENEM quero passar assim como todos aqueles que conseguiram passar e estão bem de vida.

Quero passar com boas notas porque assim tenho maior expectativa de conseguir um emprego no futuro.

Escolhi estudar no João Bento porque é uma ótima escola e é a melhor do estado e tem um bom nível de escolaridade. Não sou de ler muito mas às vezes lio um texto ou livro de exercer não muito pois como muito a mão.

ANEXO B - 1ª Série/2º Bimestre - Produção textual

Tema: Reciclagem

FOLHA DE REDAÇÃO

1	<u>Reciclagem</u>
2	A Reciclagem faz parte do nosso dia a dia, ela é muito
3	importante porque assim diminui a quantidade de lixo
4	produzido pelo homem que a cada dia está aumentando.
5	O lixo que é jogado pelo homem nas ruas pode ser reci-
6	clado mas ele não entende o que é reciclar,
7	O homem produz muito lixo durante o dia, mas ao invés
8	dele reciclar acaba poluindo o meio ambiente, ele pode trazer
9	doenças. A Reciclagem no meu país é precária pois as ruas,
10	valetas, esgotos etc. estão entupidos por garrafas, latas de cerveja, plásticos
11	e isso causa o entupimento e alaga o território.
12	Ao invés de jogar fora deixe no lixo em um contêiner depois
13	jogue no lixo separadamente ou recicle que pode ajudar o planeta e
14	deixa-lo livre de tanta crueldade que fazemos com ele, se solidários
15	e fazer sua parte o planeta agradece, quanto mais reciclar
16	melhor fica o país e podemos assim dar exemplo aos outros.
17	Para evitar tanto acúmulo no território em que vivemos,
18	temos de fazer a nossa parte, ajudando a guerra que está no chão.
19	ou a lata de cerveja, que se, pra o melhor que você puder, é reciclar
20	do que se aprende a melhorar.
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

C5 1 2 3 4

TOTAL: _____ = NOTA: _____

Assinatura do Professor: _____

ANEXO C - 1ª Série/3º Bimestre – Produção textual

Tema: Liberdade de expressão

FOLHA DE REDAÇÃO

1	
2	<u>Liberdade de Expressão</u>
3	A liberdade de expressão, é um festejo em que todos
4	muito tem em si mesmos, portanto muitos das pessoas
5	deste mundo, essa liberdade que queremos ter, a liberdade de
6	expressão não é muito diferente do Brasil pelo fato
7	de que as pessoas querem usar para praticar outros tipos
8	de liberdade, em que o governo se sente ofendido com
9	a expressão que as pessoas tem, em geral as paredes
10	das casas, mural das escolas entre outras liberdades.
11	Mas a liberdade de expressão tem que ser feita de um
12	modo em que não ofenda as pessoas, "o governo" com sua
13	ofensa mandando prender as pessoas por não saber
14	lidar com a liberdade de expressão, as pessoas se senti
15	com mais liberdade em se por não se sentir em preso
16	nem um lugar.
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

C1 1234

C2 1234

C3 1234

C4 1234

C5 1234

ANEXO D - 1ª Série/4º Bimestre – Produção textual

Questões discursivas sobre o romance Dom Casmurro, de Machado de Assis

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Qual o assunto que o livro aborda como
2	tema principal? + honra, traição, mistério
3	O livro aborda como tema um romance
4	de jovens chamados de Capitu e Bento
5	que se conhecem desde crianças quando
6	eram vizinhos e eram apaixonados um
7	pelo outro, mais o Bento tinha o sonho
8	de ser padre e quando se apaixonou por
9	Capitu teve que escolher entre ser padre e
10	Capitu, o livro também tem mistério, muito
11	depois eles tem um filho que se parece muito
12	com o amigo de Bento aí fica um mistério
13	se Capitu traiu ou não traiu o Bento mais
14	no fim ele escolhe não quer acreditar e segue seu sonho
15	Que lição de vida a leitura transmite ao
16	leitor?
17	A lição de vida que o livro traz é
18	seguir o seu mais sonho apesar de
19	tudo, apesar da sua família querer que
20	ele siga outro caminho, ele escolhe
21	o que vai te fazer feliz, e acreditar nas
22	pessoas que você ama sem ligar para
23	os que os outros pensam.
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

C1→①②③④ C2→①②③④ C3→①②③④ C4→①②③④ C5→①②③④

ANEXO E - 2ª Série/1º Bimestre - Texto motivador

Tema: Crise Hídrica

Há cerca de duas décadas, os ambientalistas têm alertado para o fato de a água doce ser um recurso escasso em nosso planeta. Neste começo de 2015, o Sudeste do Brasil tem uma clara percepção dessa realidade, em função da seca que o assola. Outras regiões ou Estados do Brasil, como o Nordeste, já vivenciam o problema há muito tempo, e até o Amazonas e o Pantanal têm sofrido, esporadicamente, com a estiagem. Além da questão climática, os especialistas apontam outros culpados para o problema da falta de água: os governos e os cidadãos de um modo geral. Por isso, muita gente tem dito que um dos pontos positivos da seca atual é aprendermos com ela e começarmos a tratar com mais cuidado a água de que dispomos e nossos recursos hídricos. Considerando seus conhecimentos sobre essa questão e outras análogas, você acha que a sociedade brasileira aprenderá alguma coisa com a atual crise hídrica? Ou para tanto será necessário que cheguemos a uma situação ainda mais extrema? Exponha sua opinião numa dissertação argumentativa.

ELABORE UMA DISSERTAÇÃO CONSIDERANDO AS IDEIAS A SEGUIR:



O Sistema Cantareira, que abastece a Grande São Paulo, foi duramente afetado pela seca e chegou a ficar com cerca de 5% de sua capacidade.

Problemas de gestão

Para entender como alcançamos esse grau de fragilidade hídrica, não basta olhar para a seca. Como sempre, há um conjunto de medidas que se somaram para

construir o cenário: a gestão da água feita como se os recursos fossem inesgotáveis, ou seja, como se sempre fosse possível expandir a captação, a perigosa aproximação entre oferta e demanda e uma gestão de crise que revelou fragilidades quando a escassez ficou mais acentuada.

Pesaram, também, o pouco espaço de participação da sociedade, a fragilidade dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, além da não adoção pelo governo estadual de medidas mais severas de redução de consumo ou uso abusivo de água. É importante lembrar, ainda, a degradação ambiental das áreas de mananciais, resultado da poluição das fontes de água e desmatamento no entorno das represas.

A crise atual exige união e compartilhamento de responsabilidades com respostas sistêmicas com metas e ações de curto, médio e longo prazos. Assim, é correto que o governo exerça papel protagonista para fomentar e implementar soluções múltiplas com escala e impacto que atinjam diversos setores de uma só vez. Mas também cabe aos consumidores de água, empresas e organizações da sociedade civil desempenhar seu papel de corresponsabilidade.

[Ocas – Organização Civil de Ação Social]

Esvaziamento dos reservatórios

Tanto no caso da água como da eletricidade, dispomos de "cadernetas de poupança" hídrica, que são imensos reservatórios. Isto significa que a verdadeira causa da crise atual não é o fato de janeiro e fevereiro de 2015 terem sido os meses mais secos da história, e sim o fato dos reservatórios terem esvaziado progressivamente desde janeiro de 2012 até dezembro de 2014, quando chegaram ao pior nível da história.

Portanto, a verdadeira questão é: por que os reservatórios esvaziaram tanto nos últimos três anos?

À primeira vista, a resposta é óbvia: porque o volume de água que chegou aos mesmos neste triênio foi o pior, ou um dos piores, da história. No entanto, esta resposta não é verdadeira no caso do setor elétrico. Se compararmos as vazões que chegaram às hidrelétricas no triênio 2012-2014 com as dos 81 triênios do passado (1931-1933; 1932-1934; e assim por diante, até os tempos atuais) verificaremos que em 15 destes triênios ocorreram secas piores do que a atual.

(...)

Dado que a hidrologia não foi malvada e a demanda foi medíocre, a única explicação que sobra - a verdadeira - é que a capacidade de geração real é menor do que se

pensava, devido a falhas no planejamento de construção das usinas e das linhas de transmissão.

Todos nós cidadãos sabemos que às vezes as coisas saem muito errado por causas externas – como nas crises cambiais, por razões institucionais e políticas, como na hiperinflação, ou por falhas de planejamento, como no racionamento de 2001.

A reação magnífica da população em todas estas crises torna imperdoável que não se aprenda com os erros cometidos. Na situação atual, mesmo que as crises de água e energia sejam aliviadas "aos 48 minutos do segundo tempo" pela combinação de medidas heroicas e de boas chuvas, é fundamental que a má experiência contribua para o fortalecimento da cidadania.

[UOL Notícias – Opinião]

Observações

Seu texto deve ser escrito na norma culta da língua portuguesa;

Deve ter uma estrutura dissertativa-argumentativa;

Deve ter uma estrutura dissertativa-argumentativa;

Não deve estar redigido sob a forma de poema (versos) ou narração;

A redação deve ter no mínimo 15 e no máximo 30 linhas escritas;

De preferência, dê um título à sua redação.

Envie seu texto até 25 de março de 2015.

Confira as redações avaliadas a partir de 1 de abril de 2015.

Elaboração da proposta

Tendo como base as ideias apresentadas nos textos acima, os inscritos fizeram uma dissertação sobre o tema **Água: aprenderemos com a atual crise hídrica?**

Fonte: www.educacao.uol.com.br/bancoderedacoes

ANEXO F - 2ª Série/1º Bimestre - Produção textual

Tema: Crise Hídrica

FOLHA DE REDAÇÃO

1	A água é um recurso natural mundial, 70% da Terra é co-
2	berta por este bem. (Atualmente) No Brasil, há diversos fatores
3	como: o mau uso, contaminação, mudanças climáticas, o-
4	aquecimento global, por exemplo/que causam a polêmica
5	"crise da água".
6	As mudanças climáticas <u>traz</u> consigo o aquecimento glo-
7	bal que gera grandes quantidades de chuvas em certas re-
8	giões e o desprezimento em outras, ocorrendo a seca <u>que</u>
9	é necessária para enxergar a gravidade das consequen-
10	ças dos fatores citados.
11	Na Terra há mais ou menos 14 bilhões km ³ de água,
12	mas retirando as impróprias para o consumo (gelos, a-
13	guas salgadas dos oceanos) nos resta apenas 132 mil
14	km ³ , o que é pouquíssimo.
15	Os fatores são inevitáveis, mas o ser humano é o prin-
16	cipal culpado; ele é o que dá início aos fatores, além
17	de não saber manipular toda a água que recebe. O bom
18	funcionamento da água é fundamental, e a economia
19	é indispensável.
20	A água não vai acabar de uma hora para a outra,
21	mas é necessário pensar no bem estar de gerações futuras,
22	sem água não existiria vida na Terra. E para isso?
23	a ajuda do governo é essencial para implantações ^{de que} que
24	obtenham um bom resultado; um grande exemplo
25	noticiado é o que realizaram nos EUA e Japão, a água
26	do esgoto é tratada e vai para os rios e represas para
27	ser consumida.
28	
29	

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

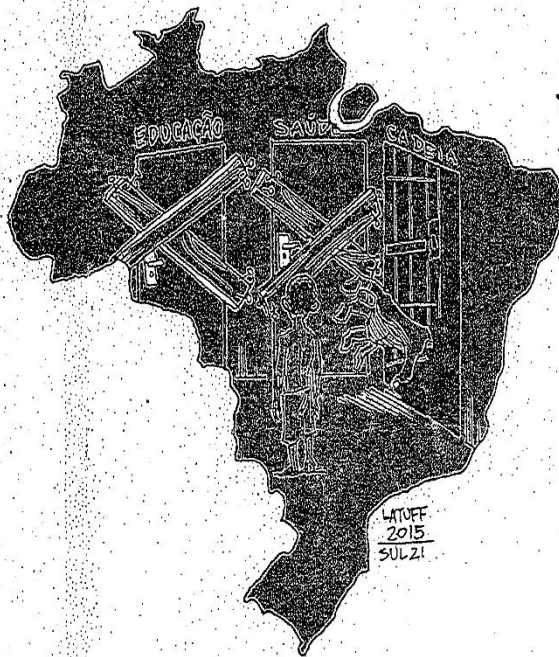
C5 1 2 3 4

ANEXO G - 2ª Série/2º Bimestre - Texto motivador

Tema: A redução da maioridade penal

Avaliação Parcial de Língua Portuguesa – Redação

A discussão sobre a redução ou não da maioridade penal é recorrente em diversos setores da sociedade. Há os que defendem, por estarem fartos de tanta violência cometida por adolescentes menores de idade. Há, também, os que acreditam não ser a melhor saída para o problema da violência. Considerando sua opinião e os conhecimentos adquiridos, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **A redução da maioridade penal deve acontecer?**



A imputabilidade em razão da idade, no Brasil, segue o sistema biológico (arts. 228 da CF/88 e 27 do CP/84), o que não significa dizer que seguimos critérios científicos, mas de política criminal. Isso explica o fato de outros países estabelecerem a responsabilidade penal em faixas etárias diversas. A própria Convenção Americana de Direitos Humanos respeita as políticas de cada Estado na determinação da maioridade penal, falando apenas em “menores”. A discussão, em síntese, não pode ocorrer no campo científico, mas da política criminal.

Observações

- Seu texto deve ser escrito na norma culta da língua portuguesa;
- Deve ter uma estrutura dissertativa-argumentativa;
- Não deve estar redigido sob a forma de poema (versos) ou narração;
- A redação deve ter no mínimo 15 e no máximo 30 linhas escritas;
- De preferência, dê um título à sua redação.

ANEXO H - 2ª Série/2º Bimestre - Produção textual

Tema: A redução da maioridade penal

FOLHA DE REDAÇÃO

1 Atualmente no Brasil, existe vários casos
 2 de violências cometidas por adolescentes me-
 3 nores de idade. A população falta de tantos
 4 crimes cometidos por adolescentes, promoveram
 5 uma CPT^{em} no objetivo de reduzir a maioridade
 6 penal para 16 anos.

7 Existem vários fatores que não contribuem
 8 para redução como a falta de educação
 9 pública, a precariedade do sistema carce-
 10 rário, a falta de oportunidade que o governo
 11 deveria conceder a esses jovens e dentre outros
 12 motivos. Quais?

13 O governo tem que fazer campanhas para os
 14 adolescentes, incentivando a não entrar no mundo
 15 do crime. falta projetos sociais para ocupar a
 16 mente desses jovens como esportes, danças, cursos etc.

17 Para o governo reduzir a maioridade, o siste-
 18 ma carcerário tem que expandir, pois atualmente está
 19 superlotado segundo fontes 40% deles. Se reduzir a
 20 maioridade penal, onde vão colocar os infratores? vão
 21 usar fogões como objetos descartáveis?

22 Para a maioridade ser reduzida o Brasil
 23 tem que mudar, tem que fornecer educação
 24 às jovens, retirá-los do meio do crime, ocupa-
 25 -los com projetos culturais e aumentar o siste-
 26 ma carcerário. Não adianta reduzir se o Bra-
 27 zil continuar sem educação pública.

C1 → ① ② ③ ④ C2 → ① ② ③ ④ C3 → ① ② ③ ④ C4 → ① ② ③ ④ C5 → ① ② ③ ④

ANEXO I - 2ª Série/3º Bimestre - Texto motivador

Tema: Crescimento da população idosa no Brasil e as consequências para a sociedade

TEXTO 1

Na esteira dos países desenvolvimentos, o Brasil caminha para se tornar um País de população majoritariamente idosa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo de idosos de 60 anos ou mais será maior que o grupo de crianças com até 14 anos já em 2030 e, em 2055, a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos. Um número importante para entender o crescimento da população idosa é a razão de dependência total, que leva em conta o quociente de pessoas economicamente dependentes e o de potencialmente ativas, dividido entre dependência de jovens e dependência de idosos. Entre 2002 e 2012 aumentou de 14,9 para 19,6 a razão de pessoas de 60 anos ou mais para cada grupo em idade potencialmente ativa. A expectativa é que esse número triplique nos próximos 50 anos, chegando a 63,2 pessoas de 60 anos ou mais para cada 100 em idade potencialmente ativa em 2060.

A coordenadora da pesquisa, Ana Lúcia Saboia, destaca a necessidade de atenção a esta mudança na composição da população. “Hoje em dia a população de idosos que recebe benefícios é muito expressiva, grande parte recebe contribuições de transferência de renda. Os trabalhadores têm mais garantias. O sistema previdenciário tem que estar atento ao envelhecimento”, afirma.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/brasil-vai-se-tornar-um-pais-de-idosos-ja-em-2030-diz-ibge,91eb879aef2a2410VgnV CM10000098cceb0aRCRD.html> acesso em 26/01/2016

TEXTO 2

Se a previsão se confirmar, o Brasil envelhecerá em 34 anos o que países europeus demoraram um século. Na França, por exemplo, a população idosa dobrou de 7% para 14% em cem anos. Esse quadro só piora as dificuldades para que o país consiga adequar suas políticas públicas e o atendimento em saúde para o idoso. Isso porque o país vai adiando o enfrentamento dessa realidade, o que está retratado nos poucos recursos públicos destinados a essa faixa da população. Em 2008, dos R\$ 20 milhões previstos, só foram aplicados R\$ 6 milhões. Outro problema no atendimento ao idoso no país é a carência de uma rede estruturada e interconectada, como, por

exemplo, a do Canadá. Ao contrário, os idosos brasileiros são atendidos pela rede básica, como os postos de saúde, e perambulam entre ela e os médicos especializados.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/revista-em-discussao-edicao-agosto-2010/materias/ao-contrariode-outros-paises-brasil-nao-se-preparou-para-envelhecer.aspx> acesso em: 26/01/2016.

TEXTO 3



Fonte: <http://www.encontresuafranquia.com.br>

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- A redação que fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos

Fonte: www.projetoedacao.com.br

ANEXO J - 2ª Série/3º Bimestre - Produção textual

Tema: Crescimento da população idosa no Brasil e as consequências para a sociedade

FOLHA DE REDAÇÃO

1	O Brasil está envelhecendo
2	Além O Brasil cada vez mais desenvolvido tem aquecido
3	uma redução da medicina, fazendo assim com que os idosos
4	tenham uma maior expectativa de vida. Além disso
5	na queda da taxa de natalidade. É outro fator que favorece o
6	envelhecimento do nosso país.
7	Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
8	(IBGE), com esse desenvolvimento, em 2020 o grupo de idosos de
9	60 anos ou mais vai chegar a 14 milhões. Um dos fatores que
10	contribui para isso é a baixa taxa de natalidade
11	do nosso país. Hoje, com a crise em que vivemos, as pessoas têm
12	difficuldade de ter filhos.
13	Outra pesquisa do IBGE mostra que 4,5 milhões de idosos estão
14	no mercado de trabalho. O desenvolvimento da medicina tem mantido
15	as necessidades dos idosos atendidas. As pessoas precisam
16	para continuar trabalhando e sendo assim um desafio para o
17	nosso país.
18	Por vezes, idosos também sofrem com o baixo valor que recebem do INSS que é a sua aposentadoria, tendo assim que
19	continuar trabalhando para suprir as suas necessidades necessá-
20	rias, como o grande gasto com os remédios e lazer. Isso pode
21	ser tornar um grande prejuízo para o nosso país que já enfrenta
22	uma crise econômica, ainda mais que aumenta o valor dos
23	preços.
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

C1 → ① ② ③ ④

C2 → ① ② ③ ④

C3 → ① ② ③ ④

C4 → ① ② ③ ④

C5 → ① ② ③ ④

ANEXO K - 2ª Série/4º Bimestre - Texto motivador

Tema: A homossexualidade nos dias atuais: direitos civis versus preconceitos da sociedade

Texto 1

Propaganda de O Boticário com gays gera polêmica e chega ao Conar

A campanha de Dia dos Namorados do Boticário que mostra diferentes tipos de casais, heterossexuais e homossexuais, trocando presentes, virou alvo de protestos e ameaça de boicote à marca nas redes sociais e até de denúncia ao Conar (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária). O órgão informou nesta terça-feira (2) que abriu um processo para julgar a propaganda após receber mais de 20 reclamações de consumidores que consideraram a peça "desrespeitosa à sociedade e à família". Ainda não há data para o julgamento. Procurada pelo **G1**, O Boticário informou que "não recebeu, até o momento, nenhuma notificação do Conar (Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária), em referência à campanha "Casais" para o Dia dos Namorados". A página da marca de cosméticos no *Facebook* também recebeu uma enxurrada de manifestações, incluindo mensagens de teor homofóbico, mas também muitos elogios à propaganda.

No *YouTube*, acabou se instalando uma espécie de "competição" para ver se o comercial ganhava mais aprovações ou reprovações. Na tarde desta terça-feira, por volta das 17h, os "likes" ultrapassaram os "dislikes", com número de 172.833 contra 149.622.

Vários internautas chegaram também a registrar seus protestos no Reclame Aqui, site de reclamações sobre atendimento compra e venda de produtos e serviço. "Não tenho preconceito com homossexuais. Inclusive luto para que encontrem o caminho de Deus", diz uma consumidora curitibana insatisfeita. "Se tem novela, eu mudo de canal. Mas a propaganda está em todos os meios. Não quero que meus filhos assistam essa propaganda", continua. "Tenho o direito de preservar a instituição família dentro da minha casa, e infelizmente o comercial do Boticário está ferindo esse meu direito." A marca anunciou o lançamento do comercial como uma defesa da "diversidade do amor", "além das convenções". Procurado pelo **G1**, a marca O Boticário informou que ainda não foi notificado pelo Conar. "O Boticário esclarece que acredita na beleza das relações, presente em toda sua comunicação. A proposta da campanha "Casais", que estreou na TV aberta no dia 24 de maio, é abordar, com

respeito e sensibilidade, a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor - independentemente de idade, raça, gênero ou orientação sexual - representadas pelo prazer em presentear a pessoa amada no Dia dos Namorados. O Boticário reitera, ainda, que valoriza a tolerância e respeita a diversidade de escolhas e pontos de vista.”

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/06/comercial-de-o-boticario-com-casaisgays-gera-polemica-e-chega-ao-conar.html>)

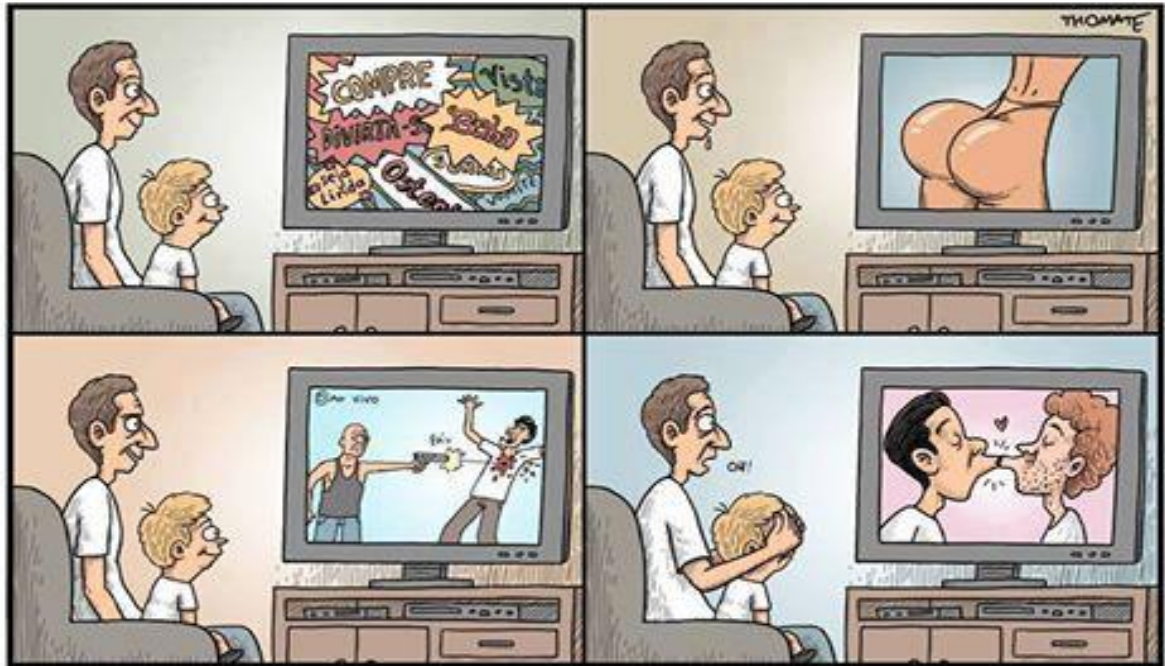
Texto 2

Nos últimos dias, cientistas determinaram que uma em cada seis espécies animais poderão ser extintas em função do aquecimento global; descobriram que Plutão provavelmente tem um polo feito de nitrogênio em neve; encontraram uma câmara de mercúrio líquido sob as ruínas de uma pirâmide no México; determinaram que a água pode ter surgido no universo apenas um bilhão de anos depois do Big Bang; e criaram pequenos robôs que podem erguer um peso 2.000 vezes maior do que o seu próprio.

Enquanto isso, Malafaia e outros líderes evangélicos pediram que os fiéis boicotassem o Boticário por causa de um comercial que trazia um casal gay. Autor: Pablo Vilaça

Fonte: <https://www.facebook.com/pablovillaca01/posts/675856329186263?fref=nf>

Texto 3



A partir da leitura dos textos motivadores e de seus conhecimentos sobre o assunto, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A HOMOSSEXUALIDADE NOS DIAS ATUAIS: DIREITOS CIVIS X PRECONCEITOS DA SOCIEDADE**, apresentando proposta de intervenção. Selecione, organize e relacione de forma coerente e coesa argumentos e fatos para a defesa de um ponto de vista.

Instruções para redação

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

Fonte: www.projetoedacao.com.br

ANEXO L - 2ª Série/4º Bimestre - Produção textual

Tema: A homossexualidade nos dias atuais: direitos civis versus preconceitos da sociedade

FOLHA DE REDAÇÃO

1	A Homossexualidade o grego-lris
2	A homossexualidade é dois homens que se encontram
3	um com o outro, e não tem vergonha de se expressar
4	para a humanidade.
5	Esses homossexuais precisam de direitos na sociedade;
6	pó porque não homossexuais não podem se casar, isto
7	é um direito deles, eles desejam viver assim, eles desejam
8	ter uma vida homossexual.
9	Já tem muitos direitos homossexual, mais os homo-
10	sexuais buscam mais direitos para a vida deles, o casam-
11	ento homossexual já pode se casar, que foi criada
12	a lei que aprova o casamento homossexual.
13	Tem muitos preconceitos na sociedade que são preconcei-
14	tuosos, que não aprovam o casamento homossexual, eles
15	acham isso uma imoralidade para a sociedade, e por
16	causa disso batem na homossexual.
17	Isso não pode acontecer porque, cada pessoa tem o
18	direito de viver do jeito que quiser por isso o
19	casamento homossexual foi aprovado.
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

C5 1 2 3 4

ANEXO M - 3ª Série/1º Bimestre - Texto motivador

Tema: Há limites para a liberdade de expressão?

No dia 7 de janeiro deste ano, terroristas islâmicos mataram a tiros de fuzil 12 pessoas e feriram 11 na Redação do jornal satírico "Charlie Hebdo", em Paris, a pretexto de vingar o profeta Maomé, alvo frequente das charges da publicação. Apesar das muitas manifestações de repúdio ao ato terrorista, o atentado também acabou provocando uma polêmica sobre a liberdade de expressão. Para alguns, ela deve ser geral e irrestrita, pois, se houver limites, não existirá liberdade de fato. Outros, consideram que há temas como a religião, que devem ser preservados, pois o direito de se expressar livremente não inclui a possibilidade de ofender. Há ainda quem defenda que a liberdade tem de coexistir com a responsabilidade e se submeter a uma ética. Como você se coloca diante desse debate? Exponha seu ponto de vista e o defenda com argumentos numa dissertação que discuta a liberdade de expressão, com ou sem limites.

ELABORE UMA DISSERTAÇÃO CONSIDERANDO AS IDEIAS A SEGUIR:



Capas do jornal satírico "Charlie Hebdo": humor provocativo, que entrou na mira de grupos terroristas "Não concordo com nenhuma palavra do que dizes, mas defenderei até morrer o teu direito de dizê-lo."

[Frase atribuída a Voltaire, filósofo iluminista francês]

EXPRESSÃO E DEMOCRACIA

A liberdade de expressão, sobretudo sobre política e questões públicas é o suporte vital de qualquer democracia. Os governos democráticos não controlam o

conteúdo da maior parte dos discursos escritos ou verbais. Assim, geralmente as democracias têm muitas vozes exprimindo idéias e opiniões diferentes e até contrárias.

[*síte da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil*]

O PAPA SE PRONUNCIA

Um dia depois da publicação da nova edição do jornal satírico francês "Charlie Hebdo", o papa Francisco afirmou que a liberdade de expressão tem limite e não se pode "provocar" nem "insultar" a fé das pessoas. (...) "Temos a obrigação de falar abertamente [sobre religião], temos esta liberdade. Mas sem ofender. Não se pode provocar, não se pode insultar a fé dos outros, não se pode tirar sarro dela", disse.

[*Folha de S. Paulo*]

LIBERDADE DE INSULTAR

O primeiro-ministro islamita-conservador turco, Ahmet Davutoglu, denunciou nesta quinta-feira (15/01/15) a publicação de uma nova charge do profeta Maomé na capa da revista satírica "Charlie Hebdo", ao considerar que a liberdade de expressão não é "a liberdade de insultar". "A publicação da charge é uma grande provocação (...) liberdade de imprensa não significa liberdade de insultar", declarou Davutoglu à imprensa em Ancara antes de viajar a Bruxelas. "Não podemos aceitar os insultos ao profeta Maomé", insistiu.

[*Correio Braziliense*]

LIBERDADE COM RESPONSABILIDADE

Podemos pôr em risco a segurança e a vida de outras pessoas em nome da liberdade de expressão e do livre pensar? A liberdade de opinião e o direito de expressá-la são uma conquista social, não apenas um direito individual para servir aos interesses e ao narcisismo de pessoas ou de grupos. Portanto o livre exercício do direito de opinar, criticar, caricaturar e denunciar exige reflexão, responsabilidade e ética. (...) Não podemos transformar a liberdade de expressão em um dogma, pois os dogmas são antidemocráticos e geram autoritarismo e posições extremistas.

[*Luiz Carlos Barreto, Folha de S. Paulo*]

SEM MAS...

O problema da liberdade da expressão é o "mas...", assim, com reticências. "Sou a favor da liberdade de expressão, mas..." E cada um tem o seu mas e as suas

reticências. Se os mas e as reticências de todo mundo forem levados em conta, a liberdade de expressão simplesmente deixará de existir.

[Carlos Lana, colaborador da Página 3 Pedagogia & Comunicação]

OBSERVAÇÕES

Seu texto deve ser escrito na norma culta da língua portuguesa;

Deve ter uma estrutura dissertativa-argumentativa;

Não deve estar redigido sob a forma de poema (versos) ou narração;

A redação deve ter no mínimo 15 e no máximo 30 linhas escritas;

De preferência, dê um título à sua redação.

Envie seu texto até 25 de fevereiro de 2015.

Confira as redações avaliadas a partir de 1 de março de 2015.

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Tendo como base as ideias apresentadas nos textos acima, os inscritos fizeram uma dissertação sobre o tema: Há limites para a liberdade de expressão

Fonte: www.educacao.uol.com.br/bancoderedacoes

ANEXO N - 3ª Série/1º Bimestre - Produção textual

Tema: Há limites para a liberdade de expressão?

FOLHA DE REDAÇÃO

É a liberdade para se expressar.

Todos nós temos o direito de expressar nossas ideias, opiniões e sentimentos e de como pensamos ou devemos agir, mas isso não impede de pensar, refletir, analisar no que vamos falar ou fazer.

Porém muitas vezes somos julgados pela sociedade pelo nosso modo de ser, modo de expressão, e até mesmo pelo modo de agir.

Então concluímos que a sociedade é julgadora pelo modo que nos vê ou que houve falar, não pelo que somos.

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

C5 1 2 3 4

ANEXO O - 3ª Série/2º Bimestre - Texto motivador

Tema: Na sua opinião, o que é amizade nos dias de hoje?

PROVA DE REDAÇÃO

(...)

Amigo é coisa para se guardar
no lado esquerdo do peito,
mesmo que o tempo e a distância digam não,
mesmo esquecendo a canção.
O que importa é ouvir a voz que vem do coração,
pois, seja o que vier, venha o que vier,
qualquer dia, amigo, eu volto a te encontrar.
Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar.

Canção da América (Milton Nascimento e Fernando Brant)

A música *Canção da América*, composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, de onde foi extraída a passagem acima, fala daquela amizade capaz de resistir à distância e ao tempo, característica de uma época em que o contato físico entre amigos era a forma mais usual de aproximação. Era um tempo em que se valorizavam os poucos e verdadeiros amigos.

Atualmente, com a conectividade das redes sociais, a realidade é outra. Hoje é possível manter-se em contato contínuo com pessoas que estejam em qualquer lugar do planeta, o que permite multiplicar de modo expressivo o número de amizades. Paradoxalmente, o apego ao mundo virtual parece estar promovendo um outro tipo de distanciamento, já que não é incomum, hoje em dia, ver amigos reunidos em um mesmo ambiente físico, mas isolados uns dos outros pela força atrativa dos *tablets* e dos *smartphones*.

Levando em conta esse cenário, reflita sobre o tema a seguir.

Na sua opinião, o que é a amizade nos dias de hoje?

Para tanto, você deve:

- **expressar** a sua opinião sobre o que caracteriza a amizade nos dias atuais;
- **apresentar** argumentos que justifiquem o ponto de vista assumido; e
- **organizar** esses argumentos em um texto dissertativo.

Instruções

A versão final do seu texto deve:

- 1 - conter um título na linha destinada a esse fim;
- 2 - ter a extensão **mínima de 30 linhas**, excluído o título – quem disso, seu texto não será avaliado –, e **máxima de 50 linhas**. Segmentos emendados, ou rasurados, ou repetidos, ou linhas em branco terão esses espaços descontados do cômputo total de linhas;
- 3 - ser escrita, na folha definitiva, à caneta e com letra legível, de tamanho regular.

ANEXO P - 3ª Série/2º Bimestre - Produção textual

Tema: Na sua opinião, o que é amizade nos dias de hoje?

FOLHA DE REDAÇÃO

1	O termo amizade atualmente mudou muito comparado
2	ao de alguns anos atrás. Pessoas mal se conhecem e já se
3	chamam de amigo, como se já se conhecessem (já) muitos anos
4	Treatando-se de amizade ser chamado de amigo é algo
6	que na opinião de muitos precisa de um bom tempo de
7	aproximação e conhecimento da pessoa: e não algo que se
8	faça feito em poucas horas e é isso que vem acontecendo atual-
9	mente.
11	Entretanto existem casos de pessoas que dizem ser amigos
12	porque lutaram pelas mesmas causas ou porque se conhe-
13	ceram no "facebook", curtiram as mesmas coisas, iam nos mes-
14	mos lugares e eram "Best Friends Forever", até umas das pes-
15	soas postar na internet algo que a outra não concordava,
16	depois disso acaba a amizade, acaba o amor, acabava tudo
17	e no fim percebem que isso não era uma amizade, e era
18	sim interesse. Pois se fosse realmente amizade pessoas assim
19	relacionam a se falar sem nenhum problema.
21	Portanto, amizade é algo que dura a vida inteira
22	mesmo com brigas e discórdia, isso que muitos chamam de
23	"amizade" não é amizade, pessoas se tornam amigas por
24	causa dos defeitos e qualidades da outra e não por unida-
25	de, pois amigo de verdade não abandona o outro quando
26	ele se dá mal.
27	
28	
29	

TEXTO SEM CITAÇÕES, SEM BONS ARGUMENTOS

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

C5 1 2 3 4

ANEXO Q - 3ª Série/3º Bimestre - Texto motivador

Tema: Participação política- indispensável ou superada?

REDAÇÃO

Texto 1

A ciência mais imperativa e predominante sobre tudo é a ciência política, pois esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas na pólis. Nessa medida, a ciência política inclui a finalidade das demais, e, então, essa finalidade deve ser o bem do homem.

Aristóteles. Adaptado.

Texto 2

O termo "idiota" aparece em comentários indignados, cada vez mais frequentes no Brasil, como "política é coisa de idiota". O que podemos constatar é que acabou se invertendo o conceito original de idiota, pois a palavra *idiôtes*, em grego, significa aquele que só vive a vida privada, que recusa a política, que diz não à política.

Talvez devêssemos retomar esse conceito de idiota como aquele que vive fechado dentro de si e só se interessa pela vida no âmbito pessoal. Sua expressão generalizada é: "Não me meto em política".

M. S. Cortella e R. J. Ribeiro,
Política – para não ser idiota. Adaptado.

Texto 3

FILHOS DA ÉPOCA

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro, político.

(...)

Wisława Szymborska, **Poemas**.

Texto 4

As instituições políticas vigentes (por exemplo, partidos políticos, parlamentos, governos) vivem hoje um processo de abandono ou diminuição do seu papel de criadoras de agenda de questões e opções relevantes e, também, do seu papel de propositoras de doutrinas. O que não significa que se amplia a liberdade de opção individual. Significa apenas que essas funções estão sendo decididamente transferidas das instituições políticas (isto é, eleitas e, em princípio, controladas) para forças essencialmente não políticas — primordialmente as do mercado financeiro e do consumo. A agenda de opções mais importantes dificilmente pode ser construída politicamente nas atuais condições. Assim esvaziada, a política perde interesse.

Zygmunt Bauman. **Em busca da política.** Adaptado.

Texto 5



Folha de S. Paulo, 05/10/2011.

Os textos aqui reproduzidos falam de política, seja para enfatizar sua necessidade, seja para indicar suas limitações e impasses no mundo atual. Reflita sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa, na qual você discuta as ideias neles apresentadas, argumentando de modo a deixar claro o seu ponto de vista sobre o tema **Participação política: indispensável ou superada?**

Instruções:

- A redação deve obedecer à norma padrão da língua portuguesa.
- Escreva, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, com letra legível.
- Dê um título a sua redação.

ANEXO R - 3ª Série/3º Bimestre - Produção textual

Tema: Participação política-indispensável ou superada?

IRENA?

FOLHA DE REDAÇÃO

1	O futuro do Aímonhá (?)
2	
3	É de conhecimento geral, que a política, em nosso país, é
4	bastante comentada sendo por seus pontos positivos e me-
5	ganhos. => "isso" é uma introdução? Cade a tese?
6	Muitos sabem que a primeira política é aquela que
7	vem de casa, a que aprendemos com nossos pais e que
8	é ligada para a vida toda, mesmo que não seja a me-
9	lhor.
10	Observe-se que hoje até mesmo uma criança já tem
11	uma pequena curiosidade sobre o que é a política, e mu-
12	itos pais apreciam o interesse dela e fazem com que mu-
13	ltas delas tenham um pensamento positivo sobre isso, já ou-
14	tros pais desaprobam de tal gesto. Mas o que é a política
15	realmente e porque até mesmo crianças já vem tal in-
16	teresse?
17	A política é uma coisa que pode ser transformada, é
18	algo que pode ser tornado bom e educativo, e as crian-
19	ças com tão pura inocência vem apenas um lado dela
20	e é a que os pais mostram, é de onde vem o interesse
21	por tal.
22	As nossas crianças de hoje precisam ver os dois lados da
23	nossa política, pois no futuro elas poderão estar (diferen-
24	te do nosso padre, elas que farão a diferença no nosso
25	país.
26	
27	
28	
29	

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

C5 1 2 3 4

ANEXO S - 3ª Série/4º Bimestre - Texto motivador

Tema: A internação compulsória dos usuários dependentes de crack

Luiz Loccoman

Drogas como o crack agem de maneira tão agressiva no corpo do usuário que não permitem que ele entenda a gravidade de sua situação e o quanto seu comportamento pode ser nocivo para ele mesmo e para os outros. Foi com base nessa ideia que o deputado federal Eduardo Da Fonte (PP-PE) apresentou em março deste ano uma proposta de política pública que prevê a internação compulsória temporária de dependentes químicos segundo indicação médica após o paciente passar por avaliação com profissionais da saúde. A internação contra a vontade do paciente está prevista no Código Civil desde 2001, pela Lei da Reforma Psiquiátrica 10.216, mas a novidade agora é que o procedimento seja adotado não caso a caso, mas como uma política de saúde pública – o que vem causando polêmica. Aqueles que se colocam a favor do projeto argumentam que um em cada dois dependentes químicos apresenta algum transtorno mental, sendo o mais comum a depressão. A base são estudos americanos como o do Instituto Nacional de Saúde Mental (NIMH, na sigla em inglês), de 2005. Mas vários médicos, psicólogos e instituições como os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), contrários à solução, contestam esses dados.

Os defensores da internação compulsória afirmam que o consumo de drogas aumentou no país inteiro e são poucos os resultados das ações de prevenção ao uso. A proposta tem o apoio do ministro da Saúde Alexandre Padilha, que acredita que profissionais da saúde poderão avaliar adultos e crianças dependentes químicos para colocá-los em unidades adequadas de tratamento, mesmo contra a vontade dessas pessoas. O ministro acrescenta que a medida já é praticada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Conselho Federal de Medicina (CFM) também é a favor da medida. Durante a reunião de apresentação do relatório de políticas sociais para dependentes de drogas, o representante do CFM Emmanuel Fortes corroborou a proposta de internação compulsória nos casos em que há risco de morte, ressaltando que a medida já é praticada no país.

De fato, de acordo com Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos, apesar de a lei no 10.216 prever a internação compulsória como medida a ser adotada por um juiz, o que se vê na prática com os usuários de álcool e outras drogas contraria a lei, pois introduz a aplicação de medida fora do processo judicial. Maus-tratos, violência física e humilhações são constantes nessas situações. Há registros de

tortura física e psicológica e relatos de casos de internos enterrados até o pescoço, obrigados a beber água de vaso sanitário por haver desobedecido a uma norma ou, ainda, recebendo refeições preparadas com alimentos estragados.

DE TRÊS FORMAS

Atualmente estão previstos três tipos de internação: voluntária, involuntária e compulsória. A primeira pode ocorrer quando o tratamento intensivo é imprescindível e, nesse caso, a pessoa aceita ser conduzida ao hospital geral por um período de curta duração. A decisão é tomada de acordo com a vontade do paciente. No caso da involuntária, ela é mais frequente em caso de surto ou agressividade exagerada, quando o paciente precisa ser contido, às vezes até com camisa de força. Nas duas situações é obrigatório o laudo médico corroborando a solicitação, que pode ser feita pela família ou por uma instituição. Há ainda a internação compulsória, que tem como diferencial a avaliação de um juiz, usada nos casos em que a pessoa esteja correndo risco de morte devido ao uso de drogas ou de transtornos mentais. Essa ação, usada como último recurso, ocorre mesmo contra a vontade do paciente.

CASO A CASO

Para a secretária adjunta Paulina do Carmo Duarte, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), o discurso que circula sobre epidemia do crack não está de acordo com a realidade. “Há no imaginário popular a ideia equivocada de que o Brasil está tomado pelo crack, mas o que existe é o uso em pontos específicos que pode ser combatido com atendimento na rua, não com abordagem higienista, com o mero recolhimento de usuários.” Dados do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (Obid) revelam que 12% dos paulistanos são dependentes de álcool e apenas 0,05% usa crack. A psicóloga Marília Capponi, conselheira e representante do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), aponta que, apesar dos dados, o crack tem sido tratado como epidemia em todo o território nacional nos últimos anos, e com isso tem sido disseminada a necessidade de uma resposta emergencial para resolver a questão, o que referenda a internação compulsória. Marília, que também é coordenadora de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), argumenta, porém, que essa é uma propaganda falaciosa. Estudos desenvolvidos em centros de pesquisa de várias partes do mundo mostram que de todas as pessoas que se submetem a tratamento para se livrar das drogas, apenas 30% conseguem

deixar a dependência; mas o acompanhamento dos casos mostra que é imprescindível o tratamento específico e muito esforço multiprofissional.

O sistema de conselhos de psicologia acredita que a medida fere os direitos humanos e tenta destruir o movimento da reforma psiquiátrica. Defende que não basta reconhecer a insuficiência da rede de saúde na administração das necessidades dos que dependem de drogas, mas estabelecer o compromisso de ampliá-la com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Os especialistas acreditam que a opção pela internação em instituição terapêutica deve ser considerada e respeitada, mas desde que seja avaliada caso a caso – e jamais adotada como uma política pública.

A partir das discussões feitas pelo texto, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, sobre **A Internação compulsória dos usuários dependentes de crack**. Produza no mínimo 25 linhas e 5 parágrafos, use a relação causa-consequência, os termos coesivos modernos. Ao longo do texto dê micro soluções. Use caneta esferográfica preta. Apresente o borrão ao professor.

Fonte: <https://beneditosalazar.wordpress.com>

ANEXO T - 3ª Série/4º Bimestre - Produção textual

Tema: A internação compulsória dos usuários dependentes de crack

FOLHA DE REDAÇÃO

Embora as tecnologias, amplamente utilizadas atualmente, facilitem o acesso às informações acerca dos efeitos das drogas, não é pequeno o número de usuários dessas substâncias. É ressaltar crianças, jovens e adultos dependentes das drogas deve ser um desejo de toda a sociedade. Mas o que fazer quando essas pessoas não querem receber ajuda ou tratamento?

Esses indivíduos, uma vez iniciados, fazem tudo para conseguir a droga, roubam, matam, se prostituem e sustentam, assim, a criminalidade e o tráfico. Ou seja, os usuários de intervenientes além de prejudicarem a si próprios, são nocivos também a toda a sociedade.

Por isso é importante que se encontre a melhor forma de libertar do vício tantos indivíduos esquecidos pela sociedade. Muitas vezes, os usuários estão em um estado tão crítico e avançado que suas famílias não encontram outro modo senão a internação, geralmente involuntária desses indivíduos. Acertar que na maioria das vezes essa internação não gera resultados justamente pela indisposição dessas pessoas de abandonar o vício.

Os usuários que buscam ajuda devem ser recebidos, pois a internação voluntária é uma boa forma de tratamento. Mas ainda melhor que tratar é prevenir. Por isso é necessário que haja uma campanha incessante de conscientização que seja acessível a todos os cidadãos a fim de que, cada vez menos, as pessoas caiam nas armadilhas das drogas.

C1 1 2 3 4

C2 1 2 3 4

C3 1 2 3 4

C4 1 2 3 4

C5 1 2 3 4